

**UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA - UNIVAP**

**GABRIEL CESAR BUENO DE ARRUDA**

**R.A. : 02010941**

**O MERCADO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: HISTÓRIA E  
MEMÓRIA**

**SÃO PAULO**

**2023**

**GABRIEL CESAR BUENO DE ARRUDA**

**O MERCADO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS HISTÓRIA E  
MEMÓRIA**

Trabalho de conclusão de curso para a  
obtenção do título de licenciado em  
História entregue à Universidade do  
Vale do Paraíba – Univap

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ana Enedi Prince

SÃO PAULO

2023

## **AGRADECIMENTOS**

Venho por meio deste deixar meus mais sinceros agradecimentos aos meus amigos do curso de história, em especial ao meu melhor amigo Kauan Matheus, minha dupla durante todos os anos de graduação. Deixo também meus agradecimentos para todos aqueles que estiveram presentes durante os últimos 4 anos, aos meus pais, ao meu namorado Rafael que sempre tem me ajudado.

Faço também um agradecimento a minha querida chefe Sra Edna Martelo e a todos os meus amigos do Museu de Arte Sacra, que contribuíram e muito para o término deste trabalho e para que os anos de graduação tenham sido mais tranquilos.

Deixo um agradecimento especial a minha maravilhosa orientadora Ana Enedi Prince, que me ajudou grandemente durante toda a faculdade, e sempre com muito zelo e carinho para comigo.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.08</b>
<b>2. SEÇÃO 1: Os Mercados Municipais na Região Metropolitana do Vale do Paraíba .....</b>	<b>p.13</b>
<b>3. SEÇÃO 2:Patrimônio Histórico e Cultural de São José dos Campos p.23</b>	
<b>4. SEÇÃO 3: O Mercado Municipal de São José dos Campos .....</b>	<b>p.33</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>p.64</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>p.65</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	
<b>p.14</b>	
<b>Figura 2:</b> Mercado Municipal de Jacareí entre 1930 e 1959 .....	<b>p.15</b>
<b>Figura 3:</b> Mercado Municipal de Paraibuna .....	<b>p.16</b>
<b>Figura 4:</b> Mercado Municipal de Taubaté (1915) .....	<b>p.16</b>
<b>Figura 5:</b> Mercado Municipal de Taubaté .....	<b>p.17</b>
<b>Figura 6:</b> Igreja São Benedito .....	<b>p.23</b>
<b>Figura 7:</b> Teto da Igreja São Benedito (2023) .....	<b>p.23</b>
<b>Figura 8:</b> Teto da Igreja São Benedito (2023) .....	<b>p.23</b>
<b>Figura 9:</b> Complexo da Tecelagem Parahyba .....	<b>p.24</b>
<b>Figura 10:</b> Capela Nossa Senhora Aparecida (Atual Museu de Arte Sacra)	<b>p.25</b>
<b>Figura 11:</b> Altar da Capela Nossa Senhora Aparecida (Atual Museu de Arte Sacra –	<b>p.26</b>
<b>Figura 12:</b> Mapa de São José dividido em zonas (1933) .....	<b>p.28</b>
<b>Figura 13:</b> Sanatório Vicentina Aranha .....	<b>p.29</b>
<b>Figura 14:</b> Logo da Tecelagem Parahyba .....	<b>p.30</b>
<b>Figura 15:</b> Fábrica da Ericsson .....	<b>p.30</b>
<b>Figura 16:</b> Fábrica da Embraer .....	<b>p.32</b>
<b>Figura 17:</b> Arquitetura do Mercado Municipal com o ano de 1921 .....	<b>p.33</b>
<b>Figura 18:</b> Mercado Municipal de São José Antigamente .....	<b>p.35</b>
<b>Figura 19:</b> Aviso sobre a Inauguração do Mercado Municipal (1923) .....	<b>p.37</b>
<b>Figura 20:</b> Mercado Municipal de São José dos Campos .....	<b>p.38</b>
<b>Figura 21:</b> Jornal Correio Joseense de 06 de outubro de 1957 .....	<b>p.39</b>

<b>Figura 22:</b> Jornal Correio Joseense de 27 de outubro de 1957 .....	<b>p.40</b>
<b>Figura 23:</b> Decreto N°334 de 05 de Maio de 1960 .....	<b>p.42</b>
<b>Figura 24:</b> Categorias de Preservação do COMPHAC .....	<b>p.43</b>
<b>Figura 25:</b> Lei 4595/94 que preserva o Mercado Municipal Joseense .....	<b>p.44</b>
<b>Figura 26:</b> Mercado Municipal de São José antes da reforma .....	<b>p.45</b>
<b>Figura 27:</b> Mercado Municipal de São José antes da reforma .....	<b>p.45</b>
<b>Figura 28:</b> Mercado Municipal de São José antes da reforma .....	<b>p.46</b>
<b>Figura 29:</b> Mercado Municipal de São José antes da reforma .....	<b>p.46</b>
<b>Figura 30:</b> Dona Dirce Machado – Banca da Farinha .....	<b>p.47</b>
<b>Figura 31:</b> Fumo da Tabacaria do Roque .....	<b>p.48</b>
<b>Figura 32:</b> : Sr Anísio, Rodrigo e Rodolfo .....	<b>p.49</b>
<b>Figura 33:</b> Preparado do Pastel – Pastelaria do Sergio .....	<b>p.49</b>
<b>Figura 34:</b> Planta do Mercado Municipal de São José dos Campos .....	<b>p.50</b>
<b>Figura 35:</b> Projeto feito pela Prefeitura com as necessidades e reformas esperadas ao conceder o prédio para a iniciativa privada .....	<b>p.51</b>
<b>Figura 36:</b> Banheiro masculino do Mercado Municipal Joseense .....	<b>p.52</b>
<b>Figura 37:</b> Pisos internos do Mercado Municipal Joseense .....	<b>p.52</b>
<b>Figura 38:</b> Caixa de inspeção do Mercado Municipal Joseense .....	<b>p.53</b>
<b>Figura 39:</b> Tubulação e caixa de passagem do Mercado Municipal .....	<b>p.53</b>
<b>Figura 40:</b> Investimentos que devem ser realizados pela iniciativa privada vencedora da concessão do Mercado Municipal de São José .....	<b>p.56</b>
<b>Figura 41:</b> Prédio do antigo Cine Paratodos (Atual Lojas Mel) .....	<b>p.57</b>
<b>Figura 42:</b> Recursos recebidos pelas escolas que possuem Educação Patrimonial .....	<b>p.60</b>
<b>Figura 43:</b> Mercado Municipal de São José dos Campos .....	<b>p.62</b>

## **RESUMO:**

O espaço denominado “Mercado Municipal” pode ser definido como um local de trocas monetárias e culturais, além de ser um ambiente que emana tradições e que forma memórias. Em consonância a isso, o Mercado Municipal de São José é considerado um patrimônio local e é preservado pela cidade, porém esse termo “preservação” não tem sido levado no sentido literal de preservar, e não dizemos apenas de sua preservação material, dizemos também da preservação dos bens intangíveis do Mercado, bem como as tradições provindas de cada banca histórica de seu espaço. Para melhor compreensão sobre o tema, buscamos através deste trabalho apresentar não só a problemática quanto ao desinteresse público ante os patrimônios de preservação, assim como apresentamos a importância de ações que visem contribuir para a propagação de uma Educação Patrimonial para crianças e adultos.

**Palavras chaves:** Mercado Municipal, Memórias, Patrimônio, Preservação e Educação Patrimonial

## **Introdução**

O Mercado Municipal é o local onde se utiliza a oferta, a demanda e a interlocução, para que se ocorra a transferência de mercadoria e de conhecimento, de modo que se leve para casa alimentos, objetos e memórias.

Antes de falarmos sobre Mercado Municipal, temos que voltar no tempo e entender de onde ele adveio. Pois bem, o Mercado Municipal nasce da necessidade de regulamentar as feiras “sedentárias”, feiras essas que já existiam desde a antiguidade e que são mais famosas durante o período medieval.

Inicialmente as feiras eram apenas de trocas entre os locais, porém com o passar dos tempos elas cresceram em grande escala e passaram a comercializar produtos da Ásia, África e de várias partes da Europa. Elas começam na Europa em um momento de declínio do feudalismo e do renascimento das atividades comerciais, que proveio a partir das Cruzadas, onde existiu as relações comerciais entre Oriente e Ocidente e a comercialização de produtos orientais em território ocidental.

A questão comercial nos leva a falarmos sobre a burguesia, sendo essa uma classe formada por ex servos que fugiram dos feudos para as cidades que estavam sendo formadas fora dos muros, os burgos, surgindo assim os burgueses. Os burgueses viviam essencialmente do comércio e realizavam suas atividades comerciais dentro dos burgos, formando assim as feiras. A burguesia buscava através dessas atividades comerciais uma independência social da nobreza e do clero de modo que pudessem possuir mobilidade social, e para isso eles buscavam uma nova economia baseada no capitalismo.

As feiras medievais eram voltadas para as atividades comerciais, já que a partir delas nós temos o conceito de mercadoria e as trocas não apenas por escambo, como também as trocas por dinheiro, dinheiro que poderia ser juntado e visto como um acúmulo de riqueza. Porém as feiras não eram apenas importantes pelo seu aspecto econômico, pois recebiam músicos, malabaristas,



mágicos e afins, que se apresentavam junto a jogos e danças, fazendo das feiras verdadeiros eventos culturais corroborando para que houvesse grande público.

É válido frisarmos que as feiras medievais eram feiras itinerantes, ou seja, não eram feiras fixas. Le Goff (2007) diz que o “Mercador europeu medieval é, antes de tudo, um mercador itinerante” e nos expõe que esses mercadores possuíam um árduo trabalho, já que sofriam com péssimas estradas, falta de segurança, falta de meios para transportar suas mercadorias e pelos altos pedágios pagos a senhores, cidades ou comunidades pelo tráfego em uma ponte ou ainda pelo trânsito em suas terras. Le Goff (2007) ainda afirma que o “único progresso notável desse comércio terrestre” são as construções de inúmeras pontes, sendo a mais audaciosa a primeira construção de uma ponte suspensa que conectava a Alemanha e a Itália. Por serem itinerantes, essas feiras ocorriam em várias cidades ao longo do ano, como as feiras de *Champagne* que ocorriam cada mês em uma cidade da referida província, fazendo assim com que o mercado estivesse sempre em funcionamento.

E assim como houve a ascensão das feiras itinerantes, também tivemos a derrocada das mesmas em função do estabelecimento das feiras “sedentárias” provenientes do aumento de “mercadores sedentários”, que passaram a se estabelecer em pontos fixos como aponta Jacques Le Goff (2007)

À medida que o mercador itinerante cede cada vez mais o lugar ao mercador sedentário, ele pratica seus negócios por intermédio de um conjunto de contadores, agentes, representantes e empregados, que são chamados os fatores que estão estabelecidos no estrangeiro ou recebem e executam as ordens de patrões sedentários LE GOFF (2007)

E é a partir dessa fixação dos mercadores em feiras “sedentárias” que houve a necessidade de regulamentar as atividades comerciais, logo se fazendo necessária a alocação dos mercadores em uma estrutura para que pudessem exercer suas vendas, surgindo assim os Mercados Municipais. E qual a importância dos Mercados? Alves e Ribeiro Filho nos respondem que:

“... nos mercados públicos, espaços voltados não só para a comercialização, mas também para a socialização, é possível apreender elementos e produtos típicos de uma dada cidade, região ou país, os quais são cada vez mais valorizados” ALVES e RIBEIRO FILHO (2011)

Se torna importante pensarmos que, o Mercado Municipal é um espaço visivelmente pensado para ser focado em atividades comerciais, tenha uma importância maior do que somente a financeira, pois as trocas que ocorrem dentro do Mercado não ficam restrita ao monetário, ocorrendo também trocas culturais, tornando o Mercado num espaço que exala cultura a partir de produtos e tradições de determinada cidade ou região.

Araújo e Barbosa (2004) dizem que no Mercado Municipal ocorre tanto o encontro entre urbano e rural, como ocorre o encontro entre classes sociais distintas, tecendo relações e podendo se formar amizades e afins. Em complemento, Servilha e Doula (2009) escrevem que: “Os espaços públicos são fundamentais para a construção de sociabilidades e identidades, assim como para a construção de vínculos afetivos.”

Os Mercados Municipais em geral, são redutos da cultura local em grandes cidades como aponta Romano et al (2020), “onde seus visitantes anseiam adquirir ou experimentar as distintas manifestações do território”, seja por meio do alimento, do artesanato, da dança, música e entre outras manifestações culturais. Podem se enquadrar como visitantes os munícipes de variadas regiões da cidade, bem como os turistas das mais variadas cidades, estados ou países, o que faz dos Mercados Municipais um ponto importantíssimo para o setor econômico, tanto pelas compras realizadas dentro de seu espaço como pelas compras realizadas em seu entorno e incentivadas pela presença do Mercado.

De início então, nós conseguimos enxergar as mais variadas importâncias que o Mercado Municipal possui para uma determinada localidade. As trocas comerciais que lhe dão importância econômica permitem a manutenção dos comércios, e esses comércios são o que muitas vezes, junto aos produtos comercializados trazem a sensação de pertencimento e formam o Mercado. A outra importância do Mercado é a sua importância sociocultural, provinda das suas trocas de conhecimento, visto que o Mercado Municipal é um lugar público e aberta para as diversas classes sociais e os mais diversos povos. E além dessas importâncias, nós ainda temos a importância histórica.

O Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937 define em seu artigo 1º que:

“Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei N°25 de 30 de novembro de 1937)

Dito isso e considerando que, existem conselhos de preservação e tombamento do patrimônio em âmbito estadual e municipal, onde muitos Mercados Municipais foram tombados ou preservados (Nem todo órgão utiliza o termo tombamento). Na resolução N°03 de 2017 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio de Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) para o tombamento do Mercado Municipal de São Paulo considera “que a edificação, um grande centro de abastecimento, é consagrada referência e espaço de convivência e sociabilidade no centro de São Paulo; ”, além de considerar o edifício um espaço representativo, onde o poder público buscou unir a função de centro comercial com avançados conceitos sanitários e funcionais para o lugar. Com isso podemos entender que esses espaços são considerados de suma importância histórica para o município ou o estado em questão, pois o mercado representa algum marco ou algo que transmita sensação de pertencimento ao povo, algo que represente aquela localidade, lhe dando assim grande valor histórico e cultural.

No que se refere a construção dos Mercados, O Grande Bazar de Istambul, na Turquia, é um dos, senão o primeiro Mercado Municipal que se tem informação, tendo sua construção na metade do século XV e servindo inicialmente para trocas de itens têxteis. Já no âmbito nacional, o Mercado Público da Candelária foi o primeiro a ser construído, ficando esse no Rio de Janeiro então capital do Brasil.

O Mercado da Candelária que ficou pronto em 1841 foi construído com a intenção de controlar os vendedores ambulantes e substituir as antigas barracas de madeira, conhecidas como bancas do pescado, que eram até então bem precárias como apontam Murilha e Salgado:

“Tendo em vista a precariedade, a falta de higiene e a forma como os diversos gêneros alimentícios eram vendidos na cidade nas duas primeiras décadas do século XIX, em 1834, a Câmara Municipal solicitou

que fosse construído um mercado público adequado para as atividades de venda dos alimentos” MURILHA e SALGADO (2021)

Dentro do Mercado existia a venda de peixes, verduras, ervas medicinais, bebidas entre outras coisas, o que fazia do Mercado um lugar de grande popularidade, tornado o espaço um dos mais importantes do Rio de Janeiro. Porém no início do século XX, acontece o enfraquecimento do Mercado da Candelária, que acaba sofrendo alguns incêndios e também recebe inúmeras reclamações quanto a precariedade sanitária, o que causa sua demolição em 1911, e tendo seu substituto o Mercado Municipal construído em 1907.

## **Seção 1 – Os Mercados Municipais na Região Metropolitana do Vale do Paraíba**

A **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)**, criada pela Lei Complementar 1.166, de 9 de janeiro de 2012, é constituída por 39 municípios, distribuídos em cinco sub-regiões, com sedes em São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Cruzeiro e Caraguatatuba.

**Sub-região 1:** Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

**Sub-região 2:** Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

**Sub-região 3:** Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.

**Sub-região 4:** Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

**Sub-região 5:** Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

A situação geográfica da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – localizada entre os dois maiores centros produtores e consumidores do Brasil – e as facilidades de acesso representados, principal e inicialmente, pela Rodovia Presidente Dutra e, depois, pelas rodovias Ayrton Senna, Governador Carvalho Pinto e Dom Pedro I – foram fatores decisivos para a industrialização e o avanço tecnológico do Vale do Paraíba.

Caracterizada pela alta diversidade produtiva, especialmente industrial, e pelo alto potencial turístico, a região está estrategicamente situada entre as duas regiões metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

Abriga um dos mais modernos complexos aeroespaciais do mundo, que tem como núcleo a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), e um conjunto de centros de pesquisa de alto nível, como o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Apresenta cenários regionais distintos, compostos pela área de maior desenvolvimento – conhecida como a Calha do Vale (do Rio Paraíba do Sul) –, que compreende o eixo da Rodovia Presidente Dutra, com uma estrutura produtiva complexa, caracterizada pela alta inserção tecnológica e pelas áreas de expressiva atividade turística, litorânea e serrana, além de municípios com tradição histórica e religiosa.

Tem um rico patrimônio ambiental, com presença de várias unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, e outros remanescentes de florestas nativas, prestando relevantes serviços ecossistêmicos de preservação da biodiversidade, produção de água e regulação do clima.

No âmbito da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o primeiro Mercado Municipal construído foi em Jacareí, tendo sua primeira construção datada de 1876 (finalizada em 1906), sendo seguido pelo Mercado Municipal de Paraibuna em 1880, o Mercado Municipal de Bragança Paulista em 1887 e o Mercado de Taubaté em 1889 que vieram em sequência.

**Figura 1: Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**



Fonte: [https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page\\_id=127](https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page_id=127) - Acesso em 14/11/2023

O Mercado Municipal de Jacareí tem o início de suas construções datado em 1876 com paredes de taipa, até ser concluído em 1906. Porém suas

estruturas não são originais, na década de 20 foram construídas paredes de tijolos que em 1959 foram demolidas para dar lugar a construção atual, inaugurada em 1962. De acordo com o Jornal O Vale dos dias 2 e 3 de abril de 2016, o Mercado de Jacareí possui 12 ruas e 120 boxes, distribuídos em comércios de frutas e verduras até o de bolinho caipira, patrimônio imaterial da cidade.

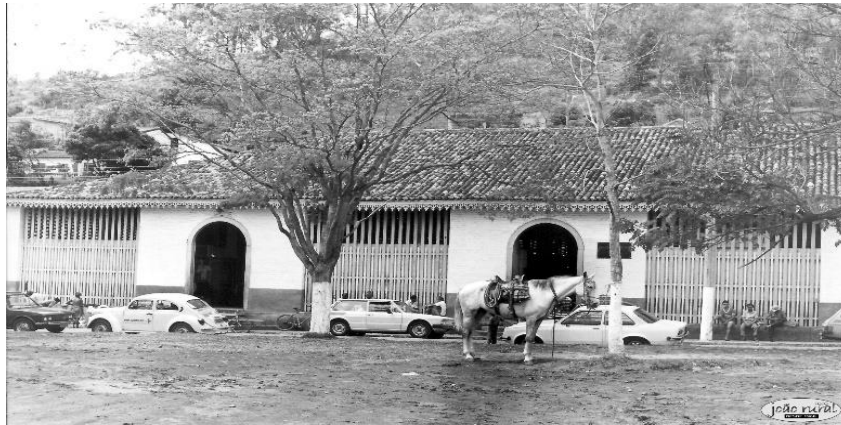
**Figura 2: Mercado Municipal de Jacareí (entre a década de 20 e 1959)**



Fonte: : <https://br.pinterest.com/pin/514536326148450863/>

Segundo o inventario feito pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre os atrativos turístico de Paraibuna, o Mercado da cidade foi construído em 1880 pelo Sr José Porfirio da Silva, suprimindo assim uma necessidade dos produtores paraibunenses que viam a necessidade de se ter um local para a comercialização dos seus produtos. É válido dizer que Paraibuna era um grande exportador de suínos, porém não só disso vivia o Mercado, pois também se vendiam desde café em casca e arroz até rapadura e frutas. Ainda de acordo com o inventário, o Mercado José Bento Rangel "Zezinho Bento", assim nomeado pela cidade de Paraibuna, "é importante para Paraibuna, tanto no âmbito comercial como no social, pois ali se concentram a comunidade rural e a urbana" ([https://www.al.sp.gov.br/spl/2017/09/Acessorio/1000170957\\_1000107201\\_acesorio.pdf](https://www.al.sp.gov.br/spl/2017/09/Acessorio/1000170957_1000107201_acesorio.pdf) - Acessado em 20/09/2023)

**Figura 3: Mercado Municipal de Paraibuna (s/d)**



Fonte : <http://www.chaocaipira.org.br/midia/fotos?paq=40&cidade=paraibuna>

Em Taubaté, o primeiro Mercado construído data de 1889, porém antes da construção deste, de acordo com Santos, Papali e Zanetti (2021) existia uma Casa do Comércio desde 1860. De acordo com as mesmas autoras, o Mercado de 1889, o chamado “Mercado Velho”, durou até 1913 data de sua demolição, dando lugar ao “Mercado Novo” inaugurado em 1915.

**Figura 4: Mercado Municipal de Taubaté (1915)**



Fonte : <http://www.ibamendes.com/2011/08/fotos-antigas-de-taubate-sao-paulo-iii.html>

Uma curiosidade sobre o Mercado Municipal de Taubaté, é a de que este foi construído sobre um “tanque”, que teve sua água drenada para a construção do primeiro ponto de comércio.



**Figura 5: Mercado Municipal de Taubaté**



Fonte [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g780032-d16585162-Reviews-Mercadao\\_Municipal\\_de\\_Taubate-Taubate\\_State\\_of\\_Sao\\_Paulo.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g780032-d16585162-Reviews-Mercadao_Municipal_de_Taubate-Taubate_State_of_Sao_Paulo.html)

Com o passar dos tempos se fez necessários reformas na soma maioria dos Mercados Municipais da região Vale-paraibana, o Mercado de Jacareí como já comentado, não possui estruturas originais desde o final da década de 50, quando o prédio foi demolido para dar espaço ao atual. Outro Mercado que sofreu com reformas foi o Mercado Taubateano, com o atual já sendo o “Mercado Novo”.

O risco que se corre com essas reformas é a da perda de identidade. Como diz Gonçalves (2015) “é comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais. ”. Podemos conceituar identidade como aquilo que faz algo ou alguém ser ele próprio, sendo assim, quando Godoy (2018) diz que o Mercado de Bragança se torna um “simulacro” de outros mercados após suas reformas, entende-se que o Mercado Bragantino não é mais “ele”, que suas características não representam a sua história e sim que copiam outros mercados, logo não representam o povo de Bragança.

E qual a importância da manutenção identitária dos mercados? Vendo que os mercados são considerados um espaço de importância econômica, sociocultural e histórica, entendemos que o Mercado Municipal traz pertencimento ao município, além de ser um ponto de memória dos seus

munícipes, logo podemos fazer uma analogia e dizer que o Mercado serve como um Registro Geral (RG) do seu município pertencente, enquanto sua arquitetura, seus eventos e seus comércios são o RG do Mercado. Ao irmos sábado no Mercado Municipal, já vamos com a intenção de comprarmos um pastel ou de comprar algumas verduras ou frutas, e fazemos disso uma tradição, imaginemos que todo domingo à tarde tenha um show de rock no Mercado, então tradicionalmente os munícipes irão ao Mercado nos domingos. Exemplificando, a composição do Mercado Municipal dá a ele uma identidade, algo que faz o Mercado ser ele, ao mesmo tempo que Mercado com todas as suas características da uma identidade ao seu Município e aos seus munícipes.

Além da questão identitária, os Mercados Municipais também trazem consigo valores afetivos, que seriam como diz Meneses (2009) “reforços de identidade”. São afetivos, pois de acordo com o mesmo autor “constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens”. Oliveira e Ribeiro (2019) escrevem que:

“Portanto, os Patrimônios Afetivos, servem de estímulos para os moradores da cidade. Pois, foram pessoas da comunidade que realizaram a identificação, que escolheram alguns locais que contam as suas histórias, representam vivências e a cultura que os mesmos querem repassar para as próximas gerações” – OLIVEIRA e RIBEIRO (2019).

Dessa forma, podemos concluir que os Mercados Municipais geram pertencimento e se faz necessário que os munícipes se “apropriem” do espaço público e se sintam no direito de defender a identidade local, de representar suas vivências e a transmitir essas vivências para as próximas gerações, de modo que todas as futuras gerações possam se sentir incluídas dentro da história do seu município.

Na nossa atualidade, vemos que a importância econômica muitas vezes sobrepassa os valores históricos e afetivos de algo e gera uma mudança na visão popular quanto aos patrimônios e suas importâncias para uma localidade. Para tal ponto, é preciso entendermos qual a importância de preservarmos um patrimônio? Para quem é preservado o patrimônio? E de quem é o patrimônio?

Rodrigues e Coelho (Acessado em 03/10/2023) definem que:

“O Patrimônio é tudo o que nos é transmitido como uma herança. O Patrimônio Cultural remete à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pelos grupos humanos que nos antecederam. Trata-se de um conjunto de conhecimentos e realizações de uma comunidade, acumulados ao longo de sua história, que conferem os traços de sua identidade. ” (RODRIGUES e COELHO – Acessado em 03/10/2023)

Entendemos então que é importante preservar um patrimônio para que possamos assim manter viva a cultura de um povo, relembrando e celebrando datas, festas e afins através desses patrimônios. E aí entramos na importância também da memória para que se patrimonialize um espaço ou uma festa por exemplo, porque como diz Nora (1993) “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, (...), por que essas operações não são naturais”

Então para quem é preservado o patrimônio? E de quem é o patrimônio? Bem, os patrimônios possuem como objetivo transmitir uma herança e dar uma história nacional, regional ou municipal. Sabe-se que, sempre foi importante construir uma identidade nacional que demonstre a grandiosidade do país e pudesse representar a população, ou pelo menos uma parcela que obtinha o poder, e é nesse mérito que se faz o Decreto-Lei N°35 de 1937 para definir o que é patrimônio, e para que os primeiros tombos ocorressem em 1938. Com base no Livro dos Tombos do IPHAN podemos perceber que a maioria dos primeiros tombamentos eram de igrejas ou outros objetos de caráter católico, o que demonstra a preocupação em proteger monumentos que representassem o catolicismo. Porém também podemos perceber através de Marotti (2021) que “Rio de Janeiro e Minas Gerais (Sudeste), Bahia e Pernambuco (Nordeste) foram os estados com maior número de tombamentos e na Região Norte, apenas o estado do Pará, com um tombamento”. Com isso podemos julgar que o patrimônio é para uma gama de pessoas aquilo que representa uma maioria, ainda que não represente um todo, assim como julgasse não tão importante aquilo que represente uma minoria ou não enobrecesse a história nacional.

O arquiteto e urbanista Lucio Costa, em seu artigo “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional” de 1929 escreve que:

“E isso porque o Aleijadinho nunca está de acordo com o verdadeiro espírito geral da nossa arquitetura. A nossa arquitetura é robusta, forte, profunda, e tudo que ele fez foi magro, delicado, fino, quase medalha. A nossa arquitetura é de linhas calmas, tranquilas, e tudo que ele deixou é torturado e nervoso” COSTA (1929)

Com base em Chuva (2009), nós conseguimos interpretar que Costa entendia a arquitetura colonial como a “Nossa Arquitetura”, uma arquitetura que representasse o país através de sentimentos e desejos, enquanto em contrapartida rejeitava os trabalhos de Aleijadinho por não representarem aquilo que formava ou que deveria formar a identidade nacional, tanto que Costa no mesmo artigo citado acima, escreve que:

“Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós (...)” COSTA (1929)

Chuva (2009) também escreve que:

“Este foi, sem dúvida, um momento em que tradições precisavam ser inventadas, pois o presente passava a informar o passado e não mais o contrário. Associadamente ao processo de formação do Estado, tratava-se, portanto, de se construir uma "biografia" da nação, que deveria lhe dar profundidade histórica” CHUVA (2009)

Portanto é viável dizer que, durante a década de 20 e 30, o país passava por uma busca identitária e queria se associar a alguns aspectos que desse profundidade e riqueza a “biografia nacional”, em detrimento de outros aspectos que não compactuassem com as “riquezas” desejadas.

De modo conclusivo então, podemos dizer que o patrimônio é do povo e para o povo, com a intenção de manter viva toda a história cultural e social da cidade, estado ou país, ainda que ao longo do tempo tenham existido critérios que julgavam um ou outro patrimônio como mais importante, conseguindo definir determinados tipos de arquiteturas ou de espaços por exemplo, que deveriam ser patrimonizados e sendo assim, fossem essas tradições as que seriam difundidas.

O descaso com a cultura brasileira tem vários motivos, entre o apagamento da história como meio para que não se toque em casos que possam “sujar” a biografia de uma cidade, estado ou país, por motivos

econômicos, através de especulação imobiliária em áreas patrimonizadas ou ainda podem ocorrer a não patrimonialização de um espaço para esses fins.

“Apagar as memórias culturais é promover a manipulação do passado e uma visão distorcida para a construção do presente e do futuro, impactando diretamente nas relações de democracia, respeito e humanidade entre o povo. É uma perda da possibilidade de igualdade e harmonia entre os seres humanos”. Equipe de Comunicação – Fundação 1º de maio (Retirado em: <https://www.fundacao1demaio.org.br/descaso-com-patrimonios-historicos-e-parte-da-politica-do-governo/> - Acesso 10/10/2023)

Entendemos assim que, esses apagamentos de histórias promovem a construção de novas, sendo essas novas, aquelas que diretamente refletem as visões de uma alta classe e que buscam criar uma narrativa elogiosa dos fatos, já, que como disse George Orwell “ A história é contada pelos vencedores”.

Quanto aos méritos do conflito “Patrimônio Cultural x Especulação Imobiliária”, entram-se vários pontos, como o de em muitas das vezes o espaço em que o patrimônio de encontra ser de grande valorização econômica, com o seu entorno possuindo áreas de grande valor, sendo assim se criam visões de que o patrimônio está “atrapalhando” o crescimento desta zona. Escaraboto et al (2019) escreve que:

“Portanto é importante entender que deve-se buscar sim, uma relação amena entre o desenvolvimento econômico, social e urbano de uma cidade, mantendo viva a sua história, pensando alternativas que alcancem esses objetivos, visando uma harmonização entre futuro e passado” ESCARABOTO et al (2019)

Escaraboto et al (2019) através desse artigo sobre questão de patrimônio x especulação imobiliária, entendem que é necessário existir uma relação saudável entre a visão econômica e a visão histórica. Ao longo de seu artigo, onde o objeto de estudo é um edifício na cidade mineira de Juiz de Fora, os autores apontam que a área onde está estabelecido o edifício é uma zona comercial e que o seu aproveitamento (Do espaço do edificio) seria bem maior do que em uma área populacional, e apontam ainda que o interesse imobiliário é o da demolição do prédio. Quando entramos no mérito do tombamento, os autores citam diretamente Castro (2019) ao dizer que: “Não se deve perder de vista que a propriedade tem seu valor social, valor de utilidade, e a preservação muitas vezes pode diminuir o valor econômico. ”. Ou seja, a harmonia deve

existir, ainda que se entenda que o tombamento irá desvalorizar o prédio, criando assim uma premissa de que a visão histórica se sobressai sobre a econômica.

É válido dizer que os bens tombados, não só pela sua desvalorização, como também pelas questões a serem cumpridas dentro da preservação de tal bem, faz com que esses espaços terminem abandonados pelos seus antigos donos que não veem vantagens em possuir um bem tombado, ainda que em muitos lugares exista isenção de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para o proprietário. Porém não são apenas esses bens que se encontram em completo abandono, bens que fazem parte do poder público também se encontram em péssimas condições e muitas vezes correm o risco de desabamento e afins, e são ignorados por aqueles que deveriam preservá-lo.

## Seção 2- O Patrimônio Histórico e Cultural de São José dos Campos

Dentro do contexto municipal, São José dos Campos possui bens preservados e que não estão realmente preservados, que não possuem sequer uma utilização. O exemplo que podemos dar são da Igreja São Benedito, imponente igreja do centro joseense, um prédio que começou a ser construído em 1872 e que já foi a Igreja Matriz da cidade, e se encontra em condições ruins e em desuso.

**Figura 6: Igreja São Benedito**



Fonte: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

**Figura 7: Teto da Igreja São Benedito (2023)**



- Fonte: Autoria Própria

**Figura 8: Teto da Igreja São Benedito (2023)**



*- Fonte: Autoria Própria*

Outro exemplo que temos no município é o do antigo complexo da Tecelagem Parahyba, que ainda sendo parcialmente utilizada para abrigar a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, o Arquivo Público e o Apoio Social por exemplo, possui vários prédios em desuso.

**Figura 9: Complexo da Tecelagem Parahyba**



*- Fonte: Câmara Municipal de São José dos Campos*

É qual seria uma possibilidade para esses prédios? Uma alternativa seria o reuso desses espaços, o chamado “Reuso Adaptativo”, como já ocorre em uma parcela do Complexo da Tecelagem. O Reuso Adaptativo como diz Moreira (2019), é a reutilização de bens preexistentes que não possuem mais sua função original, ela ainda aponta os lados positivos desse reuso, não visando apenas questões econômicas, mas também a manutenção da história.



“Como o reuso adaptativo evita gastos com demolições e novas construções, se apresenta como uma solução capaz de atender demandas urgentes, como a da habitação social. Mas, além de ser uma escolha econômica, realizar uma intervenção desse gênero é também uma escolha pela preservação da memória. Sendo assim, usos culturais, por exemplo, podem permitir à população a continuidade histórica do edifício construído de forma adaptada. Sem uso, um edifício se arruína” MOREIRA (2019)

Moreira (2019) aponta como exemplo de um belo processo de reuso adaptativo o “*Matadero*” em Madrid na Espanha, que era um antigo abatedouro e desde 2005 é um complexo multiuso, como espaços para cinematografia, leitura e oficinas. Porém quando falamos em reuso adaptativo é importante frisar que:

O processo de adaptação no reuso adaptativo se refere tanto à adequação do uso quanto das estruturas, de forma atender aos requisitos técnicos e funcionais contemporâneos e possibilitar que o edifício seja atrativo para o público e que tenha condições estruturais para isso. MOREIRA (2019)

Para exemplificar, podemos falar de outro bem preservado pela cidade de São José dos Campos, é a Capela Nossa Senhora de Aparecida, vizinha do nosso objeto de estudo, o Mercado Municipal. Hoje a Capela não possui atividades religiosas como missas e afins, pois desde 2007, depois de algumas reformas, se tornou o Museu de Arte Sacra Joseense, se tornando um grande atrativo para o público em geral. Vale ressaltar que, assim como disse Moreira (2019) sobre a manutenção da memória, independente da reforma, houve a manutenção da arquitetura do local, como o seu altar, o que continua sendo a manutenção da história para muitos populares que já conheciam o espaço e a visitavam como capela, bem como os mais novos que podem conhecer a história do local através dessas manutenções.

**Figura 10: Capela Nossa Senhora de Aparecida (Atual Museu de Arte Sacra)**



*- Fonte: Diocese de São José dos Campos*

**Figura 11: Altar da Capela Nossa Senhora de Aparecida (Atual Museu de Arte Sacra)**



*- Fonte: Autoria Própria*

A cidade de São José dos Campos, de acordo com Papali, Zanetti e Del Olmo (<https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/> - Acessado em 10/11/2023) origina-se como uma aldeia, o que representava durante o período colonial brasileiro a presença branca europeia e dos indígenas em um mesmo local. O primeiro espaço de aldeamento de São José do Parahyba ocorreu em uma fazenda jesuíta na região do Rio Comprido na divisa com a cidade de Jacareí, até que o aldeamento fosse transferido para o local da atual igreja da matriz no final do século XVII, até que em 1767 a pequena aldeia fosse elevada para Vila e posteriormente em cidade no ano de 1864.

“Em 1767 a pequena Aldeia de São José foi elevada à condição de Vila, em sintonia com as políticas adotadas pelo então Governador da Capitania, Morgado de Mateus, o qual buscou, com essa estratégia, intensificar a vigilância sobre a população indígena da cidade, evitando sua dispersão. A Vila de São José do Parayba permaneceu pacata e com uma economia basicamente de subsistência até meados de 1850, quando a fase áurea do café no Vale do Paraíba deixa sua contribuição, embora pequena para São José, que é elevada à categoria de cidade em 1864, ganhando Comarca própria em 1872. Em 1871 São José recebe o nome que ostenta até hoje, ou seja, São José dos Campos” – (PAPALI, ZANETTI E DEL OLMO - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/> - Acesso em 10/11/2023)

De acordo com as autoras, ainda que São José não fosse um exímio produtor de café perto de outras cidades do Vale do Paraíba como Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté, São José teve um crescimento considerável na produção cafeeira, ainda que não o bastante para conhecer os barões do café. As autoras apontam que, mesmo as maiores fazendas da cidade não possuíam dimensões iguais as fazendas dos barões do café, assim como a quantidades de escravizados presentes nas fazendas, que em média não passavam de 10 a 15 na maioria das lavouras.

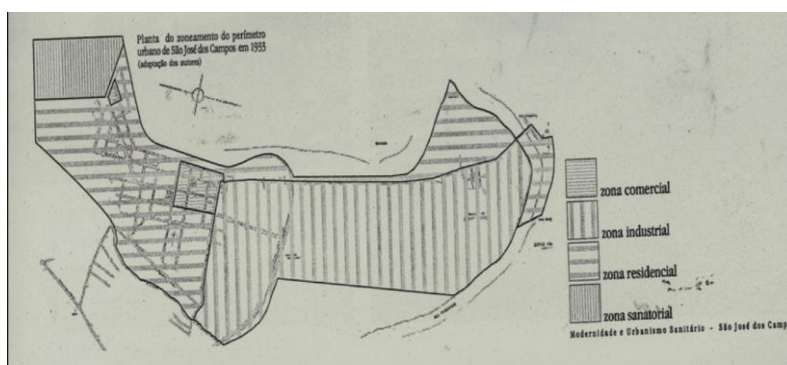
São José dos Campos não precisou das produções cafeeiras para se industrializar e se destacar, durante o século XX esse destaque veio pela tuberculose e pelos bons ares Joseenses, no que ficou conhecida como a fase sanatorial da cidade. E levou a cidade a ser conhecida como uma cidade “doente” pois muitos tuberculosos vinham se tratar na cidade, tuberculosos esses que

normalmente ficavam hospedados nos sanatórios da cidade, daí o nome "Fase Sanatorial. Papali, Zanetti e Del Olmo apontam que "Foi pela via da doença que a cidade se modernizou", a partir dela se abrem portas para intervenções urbanísticas como o alargamento das avenidas e de políticas públicas como a limpeza das vias públicas, em uma cidade que respirava agora novos ares como escreve as autoras:

“Até a fase sanatorial, São José dos Campos não conseguia atrair e manter uma população fixa. As novas terras do oeste paulista chamavam mais atenção, a ponto da Câmara local discutir formas de impedir a saída dessa população da cidade. Foi com a proposta sanatorial que São José dos Campos começa a ser atrativa, recebendo uma migração de pobres e doentes que deram origem a uma intensa urbanização. Foi essa população que movimentou a economia local” (PAPALI, ZANETTI E DEL OLMO - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc> - Acesso em 10/11/2023)

Como apontado pelas autoras, torna-se notável a segregação entre saudáveis e doentes e faz com que ocorram medidas higienistas com o intuito de "disciplinar" o espaço da doença. A desapropriação dos moradores da orla do banhado com a desculpa de preocupação para com o modo de vivência dos mesmos e o risco de focos de contaminação e o próprio alargamento das vias públicas foram medidas para a higienização da cidade. Tudo isso acaba acarretando no zoneamento municipal de 1938, dividindo a cidade em 4 zonas (Sanatorial, Residencial, Industrial e Comercial), permitindo assim o isolamento dos tuberculosos.

**Figura - Mapa de divisão em zonas, São José dos Campos, ano de 1933.**

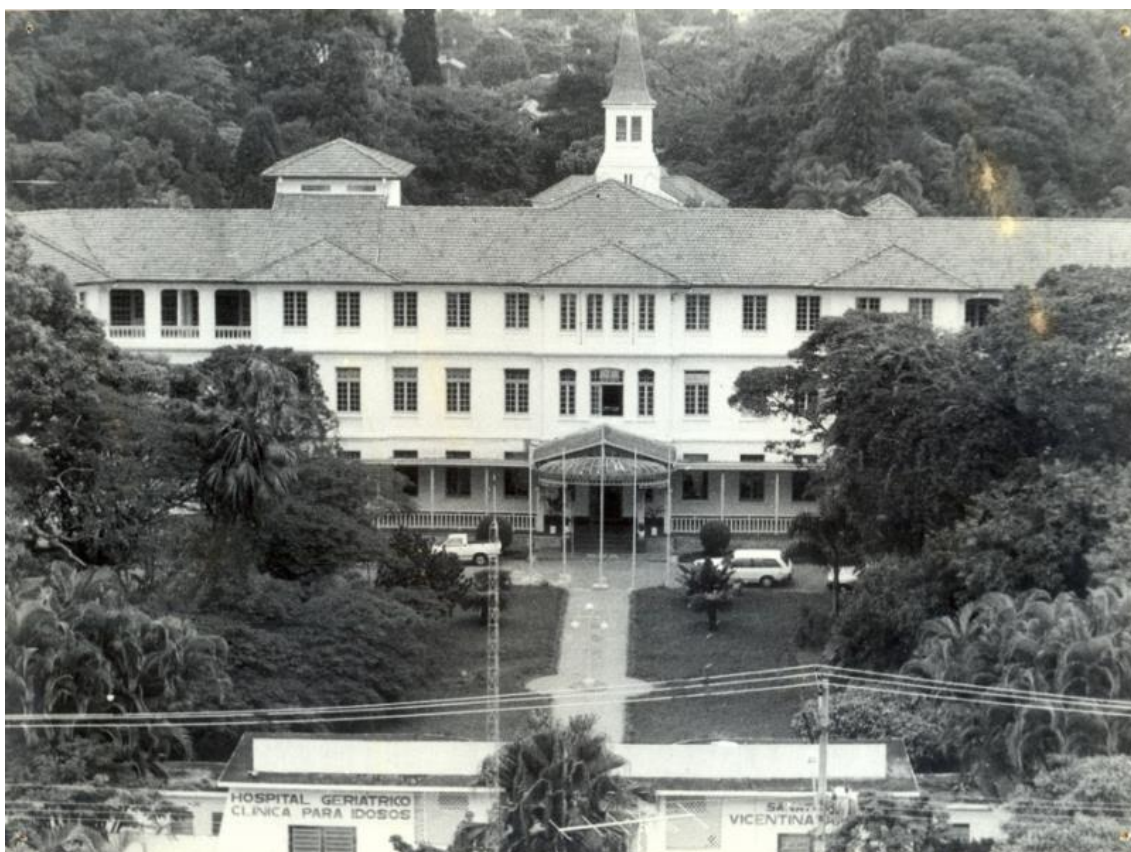


Fonte: SOUZA; SOARES, 2002, pág. 55.

A fase sanatorial representa para a cidade não apenas seu primeiro momento de destaque, como também o início do recebimento de investimentos estatais, como apontam as autoras:

"Este foi o momento no qual São José dos Campos passou a receber investimentos estatais e a fazer parte das estratégias governamentais, criando as bases infra estruturais que viabilizaram a cidade industrial moderna. Já no período sanatorial começou o processo de industrialização, no decorrer da década de 1920. Em função de incentivos da Prefeitura de São José dos Campos, chegaram as primeiras fábricas: as cerâmicas e a Tecelagem Parahyba. Esta primeira industrialização direcionou o crescimento da cidade para o bairro de Santana, primeiro bairro industrial da cidade" (PAPALI, ZANETTI E DEL OLMO - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc> - Acesso em 10/11/2023)

**Figura 13: Sanatório Vicentina Aranha, símbolo da fase sanatorial Joseense**



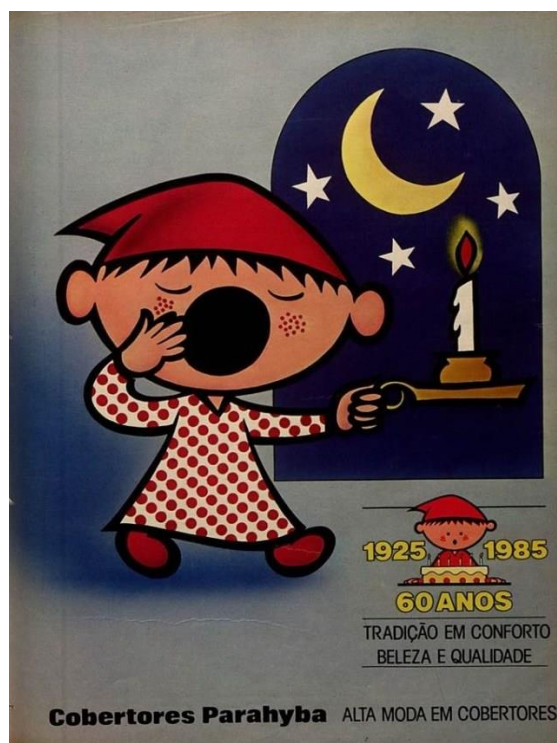
Fonte : <https://www.pqvicentinaaranha.org.br/timeline>



E deste momento em diante São José dos Campos passa pelas fases de industrialização. As autoras apontam então que é possível dividirmos a industrialização joseense em 3 fases.

A primeira fase seria de 1920 até 1940, onde no geral as indústrias instaladas são voltadas para a atividade cerâmica e para a tecelagem, com a instalação das cerâmicas Santo Eugênio, Santa Lúcia (posteriormente Paulo Becker) e a fábrica de louças Irmão Weiss, e das têxteis Tecelagem Parahyba e da Fábrica de Meias Alziras. Algumas características desta fase são que: "A característica dessas indústrias nessa fase é o emprego em grande escala da mão de obra feminina e infantil. É uma mão de obra pouco qualificada que faz seu aprendizado dentro da própria fábrica." (Papali, Zanetti e Del Olmo - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc> - Acesso em 10/11/2023)

**Figura 14: Logo Tecelagem Parahyba**



Fonte: : <https://www.sicantiqamente.com.br/colecao-de-publicidades-da-tecelagem-parahyba/>

A segunda fase de industrialização joseense de acordo com as autoras ocorre de 1950 até o final dos anos 60, caracterizada pela diversidade de

produções na cidade, com a instalação da Johnson & Johnson (1953) na área farmacêutica, a Ericsson (1954) na área de telefones e componentes, a Bendrix (1957) na área de eletrodomésticos, a General Motors - GM (1957) na área automotiva, além da Eaton (1959) na área de peças automotivas, a Avibrás na área aeronáutica, a Alpargatas na área de calçados e a Kodak na área fotográfica.

**Figura 15: Fábrica da Ericsson**



Fonte: <https://sjc.com.br/2021/07/16/historia-da-ericsson-em-sao-jose/>

Não podemos esquecer porém que é durante essa fase que temos a construção da Rodovia Presidente Dutra (1951) ligando o Rio de Janeiro e São Paulo, além do Centro Técnico Aeronáutico (Hoje Aeroespacial), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). As autoras concluem sobre essa fase que:

“As diversidades das indústrias desse período apontavam para a rápida industrialização que o país estava passando nesses anos. Além disso o ITA, as escolas técnicas como ETEP e a fundação de Faculdades pela Fundação Valeparaibana de Ensino, apontavam para a necessidade de um operariado mais técnico e especializado. Enquanto isso, as indústrias de cerâmica e louças, com uma gestão familiar, entravam em declínio. A Tecelagem Parahyba procurava se modernizar para seguir em frente. A tônica nesse momento é a busca por trabalhadores mais qualificados, sendo que muitos chegam a São José dos Campos vindos de vários cantos do país e do exterior” (PAPALI, ZANETTI E DEL OLMO - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc> - Acesso em 10/11/2023)

A terceira fase da industrialização tem como marco a criação da Embraer (1969), que realça o perfil de alta tecnologia da cidade. Durante os anos 80 e 90 a indústria da cidade cresce para suprir as demandas dos ramos Aeronáuticos, automobilísticos e de tecnologia de ponta. Sobre a terceira e atual fase, as autoras completam dizendo que:

"Além disso, a industrialização transformou a paisagem urbana joseense, justamente para atender as demandas dos novos trabalhadores. Shoppings, grandes supermercados, avenidas largas, concentração imobiliária. São José perdeu o aspecto interiorano e pacato de suas congêneres do Vale do Paraíba e transformou-se, conseguindo com isso não só as benesses do crescimento e desenvolvimento como as mazelas das grandes cidades" (PAPALI, ZANETTI E DEL OLMO - <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc> - Acesso em 10/11/2023)

**Figura 16: Fábrica da Embraer**



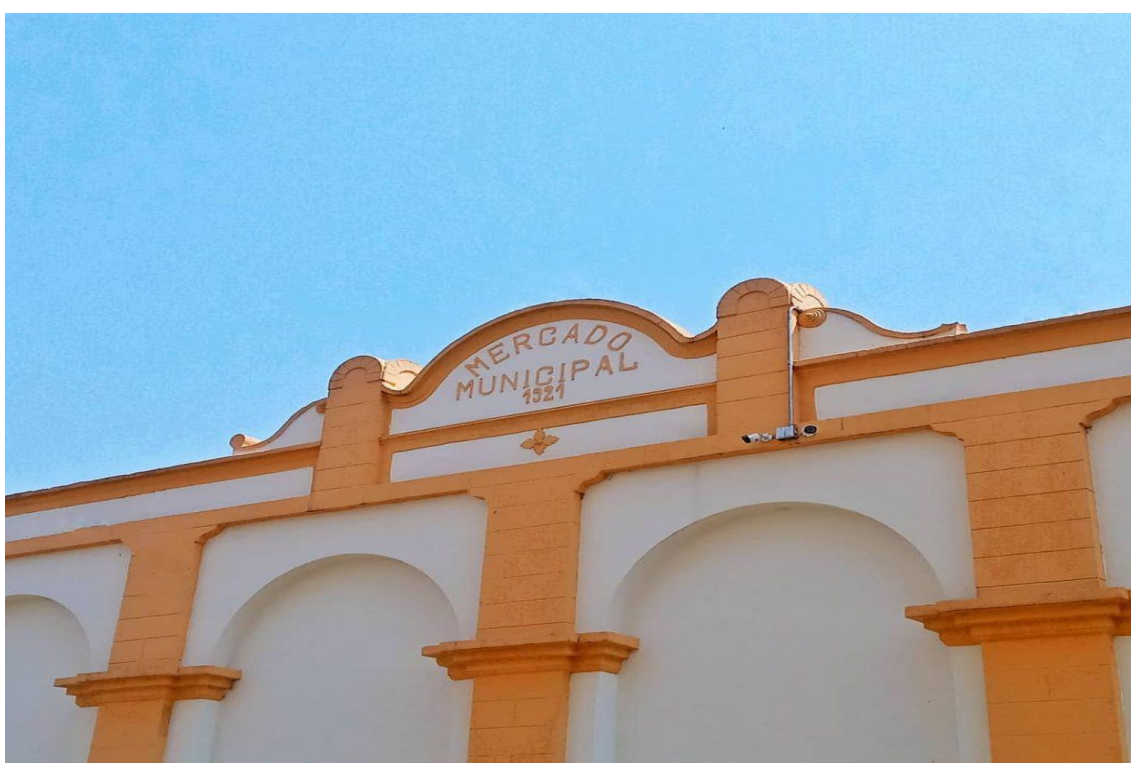
FONTE: : <https://lehmt.org/luqares-de-memoria-dos-trabalhadores-47-empresa-brasileira-de-aeronautica-embraer-sao-jose-dos-campos-sp-richard-martins/> - Acesso em 14/11/2023



### Seção 3 – O Mercado Municipal de São José dos Campos

Ainda que muito se considere 1923 como o ano de inauguração do Mercado Municipal de São José dos Campos, e em sua arquitetura tenhamos a data de 1921 (Início das obras), 1923 é na verdade o ano da inauguração do Mercado Municipal nas suas medidas atuais, pois a edificação original é datada pelo site oficial da Prefeitura Joseense como sendo de 1896 e que ocupava apenas um terço do espaço atual.

**Figura 17: Arquitetura do Mercado Municipal com o ano 1921**



Fonte : : <https://sjc.com.br/2020/01/21/mercado-municipal-de-sao-jose-dos-campos/>

Porém a história do Mercado ainda ocorre antes de 1896, em 1865 o Senhor José Caetano de Mascarenhas Ferraz e sua esposa a Senhora Mariana Nunes de Araújo doaram um terreno para o poder público, com o intuito de que esse espaço fosse algo de útil para a população, como um Mercado ou um largo.

O Mercado original ocupava um terço do terreno doado, enquanto os outros dois terços eram ocupados pelo Largo (Jardim) do Mercado ou Largo (Jardim) D'Apparecida já que ficava ao lado da Capela Nossa Senhora

Aparecida, atual Museu de Arte Sacra. O Largo em questão era ponto de descanso dos tropeiros, que aproveitavam do bebedouro ali presente para hidratar seus animais.

Siqueira (1991) descreve o chamado “Mercado Velho” como:

“Um casarão alto – com paredes de tijolos sem reboco, e da metade para cima com pequenas e inúmeras aberturas em toda a extensão para ventilação. Os portões altos e largos eram de ferro fundido, com a parte superior em formato de meia lua com raios convergindo para uma pequena placa de lata, onde os raios se encontravam” SIQUEIRA (1991)

Já quanto ao Jardim, Siqueira (1991) o descreve como um bonito jardim e possuía um coreto no meio para as bandas de domingo, em sua entrada havia um “artístico portão entre muretas de metro e meio de altura protegidas por uma grade que cercava os lados que limitavam a rua”. O Jardim se encontrava bem florido com canteiros bem cuidados cheios de cravos, rosas, lírios entre outros.

O antigo Mercado não possuía muito público nos dias de semana. Porém, de acordo com Siqueira (1991), aos domingos “tudo transformava numa borbulhante colmeia de intenso movimento”. A área do Mercado era cercada por tropeiros e carroceiros que descarregavam suas mercadorias e eram acomodadas dentro do Mercado para serem ofertadas ao público. No “dia de fazer o mercado” a rua do Mercado se tornava o “centro vital da comunidade”, cestas cheias de compras passavam esbarrando em todo mundo, bem como carrinhos e sacos.

E o que existia dentro do Mercado Antigo? Siqueira (1991) descreve que dentro do Mercado havia:

“Montanhas de mandiocas, melancias, aboboras, morangas, abacaxi, cidras, carás, cachos de brejaúva, pilhas de bananas de muitas espécies, imensidade de cargueiros e bruacas com laranja de todas as qualidades, menos da espécie de laranja comum porque qualquer quintal as tinha e não eram vendidas no Mercado” SIQUEIRA (1991)

Siqueira apresenta algumas curiosidades sobre o Mercado. Ele aponta que muitas barracas vendiam arroz japonês, o mais procurado da época, pois era o arroz de melhor aspecto e mais barato. Outra curiosidade é de que o tomate

não era um fruto bem vistoso, e sim uma fruta “verdolenga, mirrada, franzina e enfezada”.

De acordo com o Siqueira (1991), “A especialidade do Mercado eram as bancas de toicinho e carne fresca! Os vendedores de frangos e galinhas, perus e patos, marrecos e gansos, faziam um mercado à parte. ”, onde as aves ficavam atadas pelos pés.

**Figura 18: Mercado Municipal (S/D)**



Fonte : <https://www.mmsjc.sitevale.com.br/>

Outras bancas também faziam sucessos no Mercado Antigo, as pequenas quitandas de salgados, doces, cafés e pasteis que saciavam a fome dos trabalhadores do Mercado e dos visitantes. Outro setor de muito sucesso era o setor dos doces, como caixas de goiabada, marmelada, doce de cidra entre outros doces caseiros, assim como as bancas de garapa vendidas com rapadura ou gengibre, as bancas de laticínios e as de milho verde e seus derivados.

Fora das bancas também existiam outros produtos de acordo com Siqueira (1991), durante a época de calor apareciam os sorveteiros que faziam o sorvete em sorveteiras manuais, enquanto na época de frio esses mesmos vendedores vendiam pinhões cozidos no leite, amendoim torrado e paçoca, além de nos meses de setembro e outubro venderem iça torrado.

No lado de fora, ficavam vendedores de redes, esteiras, arapucas, gaiolas entre outras coisas, além dos vendedores que não pagavam taxas, e que por consequência não possuíam bancas e estendiam seus produtos nas calçadas e vendiam a preços mais baratos que os do Mercado, enquanto na “parte fronteira á entrada da Igreja Nossa Senhora”, Siqueira (1991) afirma que era o “lugar mais

triste da zona do Mercado”, onde ficavam agrupados os doentes com suas canequinhas de lata para a caridade.

O antigo Mercado se mantém até 1921, quando se inicia então a construção do atual, inaugurado em 1923. O Mercado novo como se sabe, ocupa toda a área do terreno, inclusive a área que era utilizada como Largo. Chuster (2011) aponta que: “Para a ampliação do Mercado Municipal, o prefeito João Cursino determinou a remoção do coreto então existente na praça da Aparecida para a praça Bento Bueno (Praça da Matriz)”, e em continuidade traz uma curiosidade, ele aponta que o primeiro chafariz público de abastecimento de água foi construído neste largo, e que esse chafariz se manteve até o ano de 1967.

E o que justifica essa reconstrução do Mercado? Na década de 20, São José passava pelo início de sua fase sanatorial, um momento onde o alarde quando aos meios de transmissão da tuberculose eram grandes e essas questões se mantinham muito presentes na sociedade joseense. Chuster (2011) aponta que:

“Na década de 1920 nascem dois importantes sanatórios que atraem mais e mais típicos em busca da cura da tuberculose. A cidade começa discutir a relação “cidade sã” e “cidade doente” e o governo municipal busca melhor se estruturar” CHUSTER (2011)

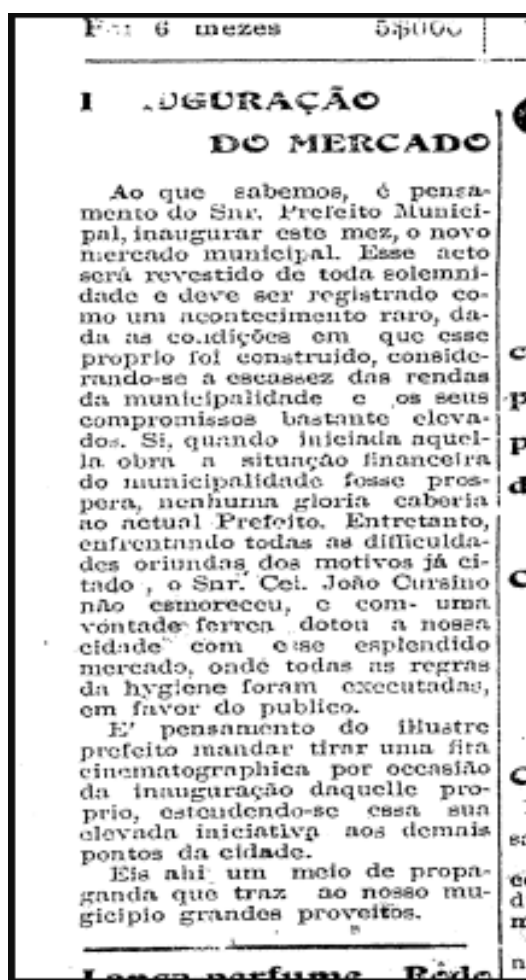
Chuster também aponta que os cidadãos joseenses denunciam alguns comportamentos desaprováveis, como o ato de escarrar em via pública, visto que o Bacilo de Koch, agente causador da Tuberculose, era encontrado no suor, na saliva e no escarro. E sendo as ruas da cidade ruas de terra, havia a preocupação de se contrair a doença através da poeira.

E quanto ao Mercado Municipal? Bem, Chuster (2011) escreve que:

“A Câmara Municipal preocupada com as higiênes e manipulação de alimentos, estava empenhada em melhorar e ampliar o Mercado Municipal. Em 1921 o mercado ocupava metade da área atual, ou seja, metade da quadra formada pelas ruas do Fogo, do Mercado ou do Matadouro, do Teatro e da travessa Chico Luiz” CHUSTER (2011)

Essa reforma durou até o dia 11 de março de 1923, um domingo, quando ocorreu as 11h a inauguração das novas instalações do Mercado Municipal. De acordo com Chuster (2011) estiveram presentes na abertura o Sr João Cursino então prefeito e o Sr Nelson D'Ávila então presidente da Câmara, além de outras autoridades, no que ficou marcado como um cerimonial “simples de aparência e grandioso na realidade”

Figura 19: Aviso da data de inauguração do Mercado Municipal - Correio Joseense em 11 de fevereiro de 1923 –



Fonte : <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2023/03/10/100-anos-do-mercado-municipal-de-sao-jose-dos-campos>

**Figura 20: Mercado Municipal de São José dos Campos**



- Fonte: [www.mmsjc.com.br](http://www.mmsjc.com.br)

Passado mais de 30 anos depois da reconstrução, começaram a existir discussões quanto a mudar o Mercado Municipal de lugar. O jornal Correio Joseense de 06 de outubro de 1957 nos informa que existiam duas correntes quanto ao que fazer com o Mercado.

“Há duas correntes: Uma, considera obsoleto o monstrengo esse anarquizado Mercado, por não estar mais adequado ao nosso crescimento e vertiginoso progresso. A outra, entretanto, assim não pensa. Acha-se que ele ainda serve por muitos anos, sendo que o que necessita é melhor organização, melhor disciplinamento e melhor compreensão de preceitos salutares, o que nunca foi visto pelos poderes públicos que na ânsia de arrecadar ficaram cegos” (Jornal Correio Joseense de 06/10/1957)

O jornal busca então compreender as duas correntes de pensamento, apresentando as razões para ambas opiniões, quanto a primeira, o jornal escreve que é visível que a desordem impera no Mercado, quanto a segunda corrente de pensamento, o jornal aponta que se o Mercado não tivesse sido esquecido pelo poder público, ele jamais estaria em tais condições, já que essa “balburdia” ocorre pela obsessão em se obter saldos orçamentários do Mercado. Ao longo da notícia, o jornal tece inúmeras críticas ao modo como o município controla o Mercado, apontando que o maior interesse do poder municipal é o financeiro, e que tal informação pode ser confirmada com ações



municipais como o de alugar todo o espaço de arejamento dos açougues para que se fizessem barracas de frutas e legumes, frisando que essas barracas ainda iriam para intermediários e não para produtores (Algo que veremos no próximo parágrafo), além de enfatizar que alugar os lados opostos aos açougues agravava as péssimas e precárias condições higiênicas do “monstrengo” Mercado.

Figura 21: Jornal Correio Joseense de 06 de outubro de 1957



- Retirado em: <https://www.camarasic.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2016/01/1957.pdf>

Quanto aos comércios e comerciantes, o jornal critica o aluguel de espaços dentro do Mercado para intermediários:

“O Mercado Municipal, atualmente, é um monopólio de intermediários, associados a atravessadores que determinam preços e formam truste, transacionando locações de bancas a base de 20, 30, 40 ou até 50 mil

cruzeiros, com fim de impedir que o nosso caboclo-produtor possa trazer sua mercadoria para vender mais barato que esses gentilíssimos e afortunados atravessadores intermediários, tubarões do comércio de legumes do nosso Mercado” (Jornal Correo Joseense de 06 de outubro de 1957)

Figura 22: Jornal Correo Joseense de 27 de outubro de 1957



Fundado em 1920

# CORREIO JOSEENSE

Correio Joseense  
Assinatura anual CR\$ 100,00  
Número do dia 2,00  
Todas as assinaturas vencem em 31 de Dezembro

Redação: R. Sebastião Manoel, 119 S. JOSÉ DOS CAMPOS, 27 DE OUTUBRO DE 1957 Preço: Nacional Mensal CR\$ 1,000

## A Construção do Novo Mercado

Não há mais tempo de se construir o novo mercado. O antigo local de venda tem o perfil da obsolescência. Pretende-se construir, de vez que o antigo mercado não atende mais às necessidades da cidade, não só as atuais, mas as futuras.

As condições atuais de venda são o ponto de partida de se construir o novo mercado. A construção do novo mercado é uma obra de caráter político-social.

Atualmente, há uma preocupação com a construção do novo mercado. A construção do novo mercado é uma obra de caráter político-social.

As condições atuais de venda são o ponto de partida de se construir o novo mercado. A construção do novo mercado é uma obra de caráter político-social.

Atualmente, há uma preocupação com a construção do novo mercado. A construção do novo mercado é uma obra de caráter político-social.

## Mais uma nota dissidente dada pelo Vice-Governador do Estado

O Sr. Paulo de Souza, vice-governador do Estado, fez uma declaração durante uma reunião da Câmara Municipal de São José dos Campos, em que afirmou que não concordava com a construção do novo mercado.

Ele afirmou que a construção do novo mercado seria uma obra de caráter político-social, e não de caráter econômico.

O Sr. Paulo de Souza, vice-governador do Estado, fez uma declaração durante uma reunião da Câmara Municipal de São José dos Campos, em que afirmou que não concordava com a construção do novo mercado.

Ele afirmou que a construção do novo mercado seria uma obra de caráter político-social, e não de caráter econômico.

## DIA MUNDIAL DA SAÚDE

Ninguém pode viver com saúde se não houver um ambiente adequado. A saúde é uma questão de todos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) celebra o Dia Mundial da Saúde em 7 de Abril de cada ano.

Ninguém pode viver com saúde se não houver um ambiente adequado. A saúde é uma questão de todos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) celebra o Dia Mundial da Saúde em 7 de Abril de cada ano.

**Falecimento**  
Faleceu nesta cidade, em 26 de outubro de 1957, o Sr. João Maria de Souza, de 78 anos de idade.

## Anúncios

**Para o Casamento Civil**  
Para o casamento civil, consulte o Tabelião de São José dos Campos.

**Para o Casamento Religioso**  
Para o casamento religioso, consulte o Padre da Igreja Católica.

## Falecimento

Faleceu nesta cidade, em 26 de outubro de 1957, o Sr. João Maria de Souza, de 78 anos de idade.

**SPARTA**

o tempo do homem

farmácia - CASA REZNER

Rua 15 de Novembro, 23 e 39

**Farmácia do Plantão**  
Farmácia do plantão, aberta 24 horas, localizada na Rua 15 de Novembro, 23 e 39.

Fonte : <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2016/01/1957.pdf>

Alguns dias depois, no dia 27 de outubro de 1957, o Correo Joseense volta a escrever sobre o plano para construir um novo mercado, apontando que a mudança de lugar do Mercado estava no planejamento da prefeitura. Quanto a

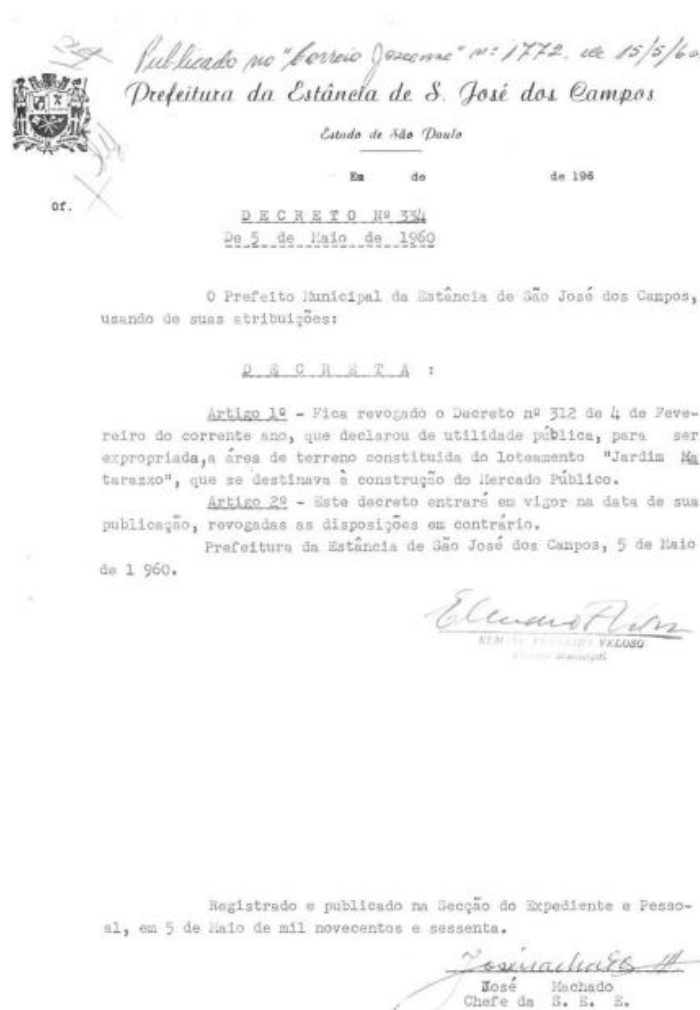


escolha dos possíveis lugares, o jornal chama as sugestões da “ Baixada que dá para o Banhado” e da “Rua São José, Atrás da Igreja” de sugestões infelizes. Quanto a reforma do Mercado, o jornal concorda para que Mercadão possua sua “verdadeira aplicação, com a exclusão de negócios que não se coadunam com a finalidade expressa dentro do próprio termo Mercado”, e escreve:

“ O Mercado a nosso ver, deverá ser destinado a venda de carne, peixe, ovos, frutas, legumes, frangos e demais produtos de produção dos agricultores, artigos esses que poderão ser vendidos por preços mais acessíveis uma vez aumentado o número dos concorrentes vendedores”  
(Jornal Correio Joseense de 27 de outubro de 1957)

Conforme apontado no site <https://www.sjcantigamente.com.br/a-mudanca-do-mercado-municipal/> (Acesso em 09/11/2023), não é possível concluirmos os resultados das discussões quanto a esse tema, a única conclusão que temos é a partir da manutenção do Mercado no mesmo lugar até os dias de hoje. O que nós temos é um decreto de 4 de fevereiro do ano de 1960, do então prefeito Elmano Ferreira Veloso, onde fica decretado a desapropriação de uma área entre as ruas Antônio Saes, Mauricio Diamante, Coronel Moraes, Alípio da Silva Viana e Joaquim Freire, do loteamento Jardim Matarazzo. Decreto esse que foi revogado pelo mesmo prefeito três meses depois, onde fica explícito que o local se destinava “À construção do Mercado Público”.

Figura 23: Decreto N°334 de 05 de Maio de 1960



Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/legislacao/Decretos/1960/334.pdf>

De acordo com o site <https://www.sjcantigamente.com.br/mercado-municipal/>, o Mercado de São José não recebia seus devidos cuidados quanto a manutenção e conservação, tanto que em 1985 as paredes laterais da Rua Sete de Setembro desabaram e só foram reconstruídas 6 meses depois.

Em 1994, com a lei N°4595/94 de São José dos Campos, ficou promulgado que o Mercado Municipal de São José dos Campos seria incluído na categoria de elemento de preservação N° 2 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultura (COMPHAC). A categoria de elemento de preservação N°2 significa, dentro dos critérios estabelecidos pelo COMPHAC, que o bem preservado não poderá ter o seu espaço externo modificado, como sua fachada, porém pode ter mudanças internas, como novas

pinturas e novos pisos, diferente de um bem preservado em elemento N°1 que não pode receber nenhuma modificação.

São exemplos de bens preservados em EP1 na cidade de São José dos Campos:

- Igreja São Benedito
- Capela Nossa Senhora Aparecida – Atual Museu de Arte Sacra

São exemplos de bens preservados em EP2 na cidade de São José dos Campos:

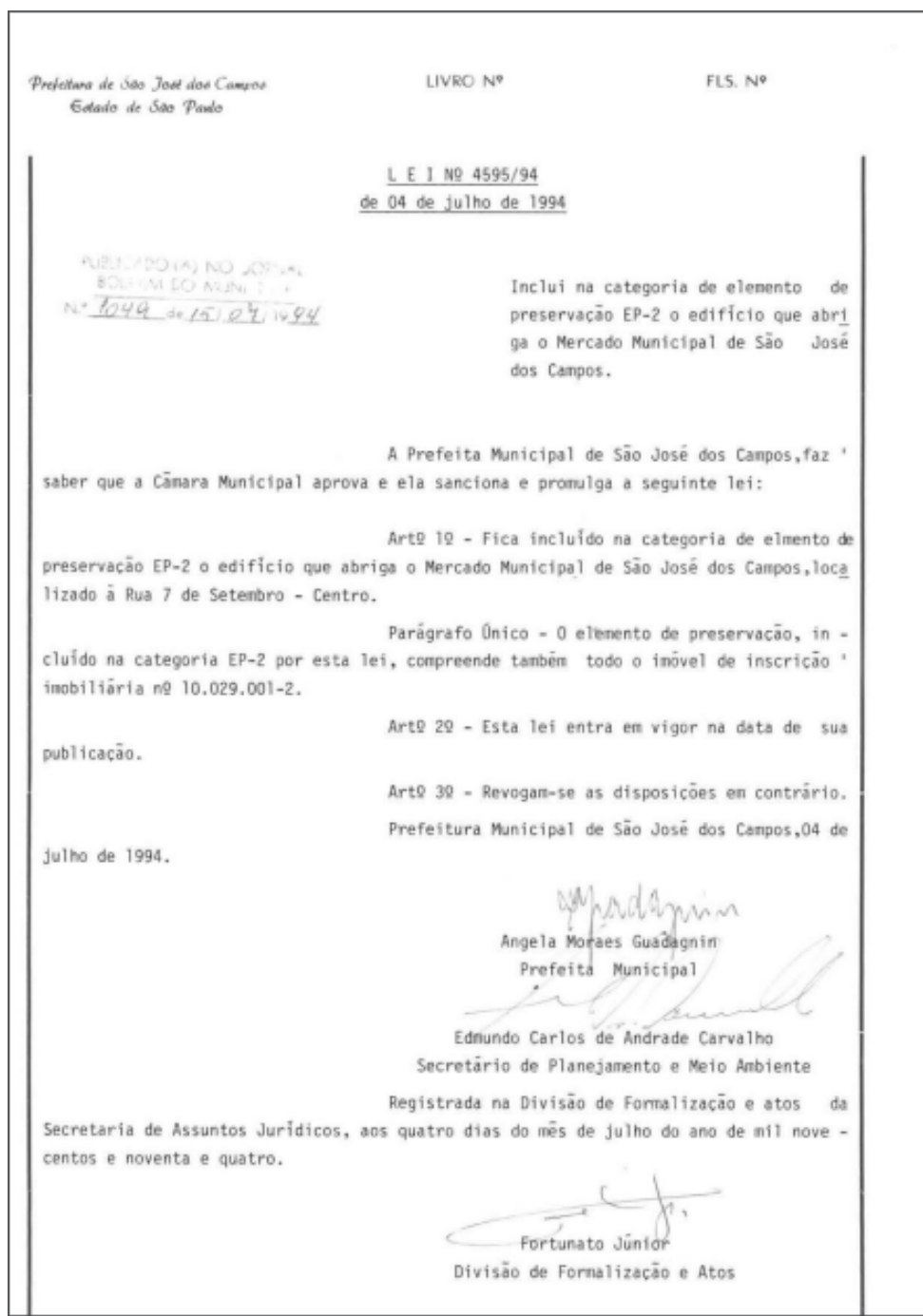
- Antigo Paço Municipal – Atual Museu Municipal de São José dos Campos
- Cine Santana

**Figura 24: Categorias de Preservação do COMPHAC**



Fonte: Autoria Própria

Figura 25: Lei 4595/94 que preserva o Mercado Municipal de São José dos Campos



Fonte : <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2023/03/4595.pdf>

Como ações para preservar o Mercado, a prefeitura de São José junto a Fundação Cultural Cassiano Ricardo começou pesquisas das cores originais do espaço e eventualmente sua pintura, a retirada de fios elétricos, a construção de uma cobertura, reforma da fachada, substituição dos pisos, a troca das instalações hidráulicas e a padronização das barracas.

**Figura 26: Mercado Municipal de São José dos Campos antes da reforma**



Fonte : <https://www.sicantigamente.com.br/mercado-municipal/>

**Figura 27: Mercado Municipal de São José dos Campos antes da reforma**



Fonte :: <https://www.sicantigamente.com.br/mercado-municipal/>



**Figura 28: Mercado Municipal de São José dos Campos antes da reforma**



Fonte : : <https://www.sjcantigamente.com.br/mercado-municipal/>

**Figura 29: Mercado Municipal de São José dos Campos antes da reforma**



Fonte: <https://www.sjcantigamente.com.br/mercado-municipal/>

Atualmente, o Mercado Municipal de São José dos Campos possui 116 bancas de acordo com a listagem de permissionários feita pela Prefeitura de São José dos Campos, com base em Quadros (2022) podemos apresentar algumas das bancas mais antigas do atual Mercado através do seu Álbum em comemoração ao centenário do Mercado.

**Banca da Farinha (Desde 1917):** A Banca de Farinha existe no Mercado Municipal desde 1917, ou seja, antes mesmo da construção do atual Mercado. Atualmente a banca é tocada pela Sra Dirce Machado e pela sua filha Luana. No início, a farinha era fabricada pelo avô da Sra Dirce, o Sr Evaristo Machado, que possuía uma fazenda em Jacareí, que também produzia frutas e verduras para serem vendidas em São José no antigo espaço do Largo D'Apparecida. Em 1916, o Sr Evaristo vende suas terras em Jacareí e compra um sítio em São José dos Campos, possuindo agora uma viagem mais curta e mantendo a Casa de Farinha nos arredores do Mercado Municipal até os dias de hoje.

“Há cerca de sessenta anos na direção da banca, e nos últimos anos junto com a filha Luana (4ª geração), D.Dirce, neta de Seu Evaristo, vivenciou várias mudanças como quando a família trocou o sítio pelo centro da cidade e, assim, deixou de fabricar a farinha, passou a comprá-la de fornecedores da região, cuidando para manter a tradição da produção artesanal “ QUADROS (2022)

**Figura 30: Dona Dirce Machado**



Fonte : [https://m.facebook.com/story.php?pid=100094262874715&story\\_fbid=120711254414303](https://m.facebook.com/story.php?pid=100094262874715&story_fbid=120711254414303) – Acesso em 14/11/2023 e presente no Álbum "Mercado Municipal: 100 anos de encontros & vivências (2022)

**Tabacaria do Roque (Desde 1921):** Atualmente a Tabacaria do Roque é de responsabilidade do Sr Diego da Silva, neto do idealizador da banca, Sr Chico Penha (Por sinal um dos homenageados com nome em uma das passarelas do Mercado). A banca do Roque é especializada em vender fumos que vão desde o mais fraco até o mais forte, aquele que “tranca a garganta”, de acordo com Diego.



“Com o passar do tempo a Tabacaria do Roque ampliou a variedade de itens comercializados, desde maços de cigarro de palha, passando por artesanatos e cestarias, como ninhos para chocar, côvo para isca de peixe e outros de bambu, cabaças, alumínio, cobre e até utensílios como galochas e cabos para enxadas. Mas o fumo de rolo é a principal atração” QUADROS (2022)

Figura 31: Fumo da Tabacaria do Roque



Fonte: [https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story\\_fbid=115646754920753](https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story_fbid=115646754920753) – Acesso em 14/11/2023 e presente no Álbum “Mercado Municipal: 100 anos de encontros & vivências

**Açougue Modelo (Desde 1964):** O Açougue Modelo é do tempo da caderneta, de acordo com a autora, em um momento onde a confiança era mutua entre o proprietário e seu cliente, visto que o proprietário anotava as compras de seu cliente para que este acertasse suas pendências no final do mês. Há 60 anos, no início do Açougue, quando não existia sequer balcão frigorífico para a conserva das carnes, lá estava o Sr Anísio Ferreira, pai do Rodrigo e do Rodolfo que juntos tomam conta do Açougue. Rodrigo aponta que o conjunto de cuidados tomados ao longo das décadas mantiveram a fidelidade dos clientes e atraíram novos fregueses.

“Alguns aspectos são irretocáveis, tais como somente desossar a peça de carne no próprio açougue, cortar os filés ou moer a carne sempre na frente do cliente e vender a quantidade de sua preferência; tendo sempre o bem servir como proposta central” QUADROS (2022)

**Figura 32: Sr Anísio, Rodrigo e Rodolfo**



*Fonte:*

[https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story\\_fbid=123367720815](https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story_fbid=123367720815)

323 - Acesso em 16/11/2023 e presente no Álbum "Mercado Municipal 100 anos de encontros & vivências"

**Pastelaria do Sérgio (Desde 1964):** Em 1964 os pais de Celina Shimoda, o Sr Setsuo Shiimoda e a Sra Isaura Shiimoda, vieram para São José e iniciaram juntos o trabalho na banca de pastel. Com um cardápio delicioso possuindo como opções de salgados, bolinhos de chuva e caipira, além de pasteis com recheios tradicionais como carne, palmito e queijo.

“ Há sessenta anos o Sr Setsuo Shiimoda – nome de registro, porém foi com o seu nome fantasia que se tornou popular no Mercado a Pastelaria do Sérgio – e sua esposa, Isaura Shiimoda, vieram para São José dos Campos com o objetivo de trabalhar no comércio. Assim sendo, ao obterem a concessão para abrir o comércio inauguram a prestigiada banca de pastel” QUADROS (2022)

**Figura 33: Preparo do Pastel -**



Fonte::

[https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story\\_fbid=119325674552](https://m.facebook.com/story.php?id=100094262874715&story_fbid=119325674552)

861 – Acesso em 16/11/2023 e presente no Álbum "Mercado Municipal: 100 anos de encontros & vivências"



Prefeitura de São José dos Campos lançou uma consulta pública quanto a privatização do Mercado, de modo que em troca da concessão a iniciativa privada reformaria o Mercado.

**Figura 35: Projeto feito pela Prefeitura com as necessidades e reformas esperadas ao conceder o prédio para a iniciativa privada**



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO HABITACIONAL E OBRAS**

**MEMORIAL DESCRITIVO BÁSICO – MERCADO MUNICIPAL**

**SERVIÇOS GERAIS:** Placa de obra; Preparação do canteiro de obras (tapume, banheiros, depósitos, vivência, etc.); Administração local; Remoção de entulhos e destinação; Projetos executivos para reforma das redes hidráulica, pluvial e elétrica.

**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E PLUVIAIS:** Reforma e adequação dos banheiros existentes (revestimentos e equipamentos hidráulicos); Troca e adequação de toda rede sanitária e pluvial enterrada.

**PISOS:** Demolição do piso existente e colocação de porcelanato esmaltado antiderrapante.

**COBERTURA:** Troca da cobertura superior por telhas sanduiche com pintura nas duas faces; Limpeza da estrutura metálica de suporte; Troca do telhado do telhado e calha sobre os boxes; Revisão dos telhados dos compartimentos; Instalação de rede de proteção contra pombos.

**PINTURA:** Revisão geral e pintura de todos os elementos de alvenaria e pilares; Pintura externa dos boxes, bancas e compartimentos; Pintura de esquadrias e fechamentos metálicos; Restauração e pintura externa.

**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:** Individualização, troca e adequação de toda a rede elétrica do mercado municipal, englobando relógios de medição, centrais de distribuição, eletrodutos, calhas e cabeamento até os pontos de utilização.

**SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO:** Adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio; Troca de equipamentos, hidrantes e extintores; Instalação de luminárias e sinalização de emergência; Aprovação do Projeto Técnico no Corpo de Bombeiros e Responsabilidade Técnica para emissão do AVCB.

Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224297/7-subanexo-e-projeto-mercado-municipal-parte-3.pdf> - Acesso em 17/11/2023

A proposta de privatização do Mercado levanta um debate o quanto um patrimônio preservado é realmente preservado. Quando lemos que é esperado uma reforma no prédio pela iniciativa privada, entendemos que o prédio necessita de reforma e não é reformado pelo poder público, e ainda mais,



entendemos que ao não reformar o prédio, o poder público, real interessado na privatização, utiliza dessa necessidade de reforma como fator para argumentar a favor da privatização do Mercado.

**Figura 36: Banheiro Masculino do Mercado Municipal de São Jose dos Campos**



Fonte a; <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224306/4-subanexo-b-laudo-fotografico.pdf>

**Figura 37: : Pisos internos do Mercado Municipal de São Jose dos Campos**



Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224306/4-subanexo-b-laudo-fotografico.pdf>

**Figura 38: Caixa de inspeção do Mercado Municipal de São Jose dos Campos**



Fonte : <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224306/4-subanexo-b-laudo-fotografico.pdf>

**Figura 39: Tubulação e caixa de passagem do Mercado Municipal de São Jose dos Campos - Foto retirada do Laudo Fotográfico feito pela Prefeitura**



Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224306/4-subanexo-b-laudo-fotografico.pdf>



Ao compreendermos que seria viável que o Mercado fosse reformado pelo poder público, surge uma discussão relativa a necessidade de privatização do lugar. Ao privatizar temos de reconhecer que os agentes privados objetivam se apropriar dos patrimônios com o intuito de obter lucro.

“Quando falamos de patrimônio, seja qual for sua qualificação, não estamos nos referindo a um objeto neutro. Ao contrário, estamos chamando a atenção para algo que, ao longo do tempo, converteu-se em elemento de disputas e conflitos entre os mais diversos agentes. Cidadãos comuns, evidenciam a importância dos patrimônios e às garantias de usufruto daquilo que consideram ser fundamental preservar, no intuito de resguardar elementos que fazem parte da história da sociedade. Agentes privados, procuram se apropriar dos patrimônios tendo por objetivo a obtenção de lucros através das mais variadas atividades econômicas. Agentes públicos, não raramente, na disputa pelo patrimônio, deixam de lado os interesses da sociedade e partem para defender as demandas por lucro dos diversos agentes privados.” BREDARIOL (2020)

E é esse vislumbre pelo lucro que preocupa desde a população mais antiga, saudosista dos velhos tempos, até os mais jovens que não gostariam de ver um patrimônio perder sua essência. Os riscos da privatização são de que o Mercado perca sua originalidade e se torne um shopping com gourmetizações, andares entre outras coisas que fujam do verdadeiro Mercado Municipal Joseense.

E o que é o verdadeiro Mercado Municipal? Bem, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define que: “O conceito de patrimônio, cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade”. Dito isso, levamos em consideração que o Mercado Municipal é um patrimônio material, o que é exemplificado pelo IPHAN como imóveis (Cidades históricas e bens paisagísticos por exemplo) ou moveis (Acervos documentais, fotográficos, museológicos entre outros). Em outras palavras, os patrimônios materiais são bens físicos, bem como o Mercado, porém o que faz o Mercado Municipal ser o Mercado Municipal não é apenas a sua estrutura física, e sim a somatória entre estrutura (As partes táteis) e memória.

A parte física do Mercado é relevante para que exista as memórias, tanto que ao vê-lo de longe ou ao entrar dentro do Mercado, inúmeras pessoas terão uma gama de memórias da infância ou de outras fases da vida, lembrarão de sábados em família comendo um pastel e tomando um guaraná KS por exemplo, como escreve a Artista Plástica Ângela Tuti para o Álbum comemorativo de 100 anos de Mercado Municipal de autoria da Sra Rosa Ester Quadros:

“Minha mãe falava – Hoje vamos à cidade! Isso significava a melhor parte, pastel com guaraná no Mercado. Tenho esse gosto até hoje desenhado em minha memória afetiva. Então, o pastel no “mercado amarelo” tinha gosto antecipado de alegria e amor. ” QUADROS (2022)

Sobre a parte imaterial, o IPHAN escreve que: “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios (...), e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Sendo assim, podemos considerar que a prática de comer pastel no Mercado Municipal ou mesmo das compras representam a imaterialidade essencial para que o Mercado seja um patrimônio, logo é necessário a difusão dessas práticas, e o esquecimento dessas práticas é um dos medos dos defensores da manutenção do Mercado como sendo do Município.

E por onde viria o esquecimento ou apagamento dessas práticas? No termo de referência do Mercado feito pela Assessoria de Projetos Especiais da Prefeitura de São José, foi levantada a informação de que os valores pagos pelos permissionários pelo uso das bancas são muito menores que os de outros comércios do centro da cidade, R\$ 71,31/m<sup>2</sup>/mês contra R\$ 14,78/m<sup>2</sup>/mês dos comerciantes do Mercado Municipal (<https://www.sjc.sp.gov.br/media/224304/2-anexo-i-termo-de-referencia.pdf> - Acesso em 17/11/2023), fora que ainda ocorre uma inadimplência de mais ou menos 30% ao ano. Pressupõe-se que, a privatização do Mercado acarrete em um aumento de mensalidade para os permissionários e por consequência é possível que muitas bancas venham a fechar por conta disso, além disso, a Prefeitura considera que o novo modelo privado poderá proporcionar “Novas alternativas gastronômicas inclusive com mais espaço para consumo no local”, podendo assim trazer alguns aspectos longínquos daqueles que são a marca do Mercado. Logo é através dessas

possibilidades de fechamento das bancas tradicionais e o acréscimo de comércios mais “atuais” e sem representatividade Joseense que surge o risco do apagamento das práticas culturais da cidade para com o Mercado.

Algo muito presente na sociedade capitalista é o pensamento movido pelo dinheiro, o que cria as importâncias econômicas, e essas importâncias tendem a se digladiar com as importâncias históricas. Essas importâncias econômicas podem aparecer de duas maneiras bem claras, a primeira surge com defender a não patrimonialização de algum espaço em favorecimento a especulação imobiliária, visto que “A possibilidade de tombamento é vista geralmente pelos proprietários como uma subtração do valor do bem, o levando a desvalorização” como escreve Escaraboto et al (2019). O outro modo, é o da privatização dos bem patrimonializado, de modo que, ao sair das mãos do poder público, fique viável que haja uma rentabilidade financeira para a empresa que vença a licitação, ocorrendo a “Mercantilização do Patrimônio” como diz Jacques (2008), onde existem as revitalizações em bens patrimoniais com fins comerciais.

Normalmente as revitalizações estão acordadas dentro dos editais de concessão, o acordo feito para a concessão do Mercado Municipal de São Paulo por exemplo frisa que é de responsabilidade da concessionária vencedora a execução de um programa de intervenções, de modo que se realize projetos e obras para que o Mercado cumpra as especificações feitas no edital em questão. Do mesmo modo, o edital de concessão do Mercado Municipal de São José dos Campos também defini alguns investimentos obrigatórios da empresa vencedora da licitação:

**Figura 40: Investimentos que devem ser realizados pela empresa vencedora da concessão do Mercado Municipal de São José dos Campos**

**7. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS**

Durante os primeiros 18 (dezoito) meses da CONCESSÃO, a contar da Ordem de Início das Operações (O.I.O.), a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes investimentos:

- a) Obras de instalação elétrica em toda a edificação, com novos padrões de entrada de energia, e distribuição de toda a fiação até cada um dos boxes, bancas, e/ou compartimentos;
- b) Obras de luminotécnica modernizando toda a iluminação do Mercado para LED;
- c) Obras de instalações hidrossanitárias novas em todo o Mercado;
- d) Obras para captação adequada das águas pluviais;
- e) Reforma do telhado, com troca de telhas, rufos e calhas;
- f) Obras necessárias para a obtenção do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para toda a edificação.

As importâncias históricas são muitas vezes sobpostas as importâncias econômicas, e isso é muito visível em zonas comerciais onde os terrenos possuam um bom valor ou/e possam ter uma utilidade rentável, desde estacionamentos até grandes edifícios, como escreve Escaraboto et al (2019) sobre o centro de Juiz de Fora (MG):

“A especulação imobiliária se dá no sentido de haver interesse dos proprietários e incorporadores em demolir o bem para a construção de edifícios cujas áreas serão bem maiores que os existentes, pois está localizada em uma zona comercial, onde o coeficiente de aproveitamento é maior do que demais áreas mais afastadas do centro urbano.” ESCARABOTO et al (2019)

Essa sobreposição das importâncias econômicas permite que possam ocorrer apagamentos históricos ou ocorrer um “desvio de função” não histórico dos patrimônios. Os apagamentos ocorrem através das demolições, demolições essas que são de interesse dos proprietários para que ainda haja interesse imobiliário no lugar como disse Escaraboto et al (2019). Os “desvios de função” são aqueles locais patrimonializados que não exercem a sua função, e nem exercem uma função semelhante no quesito histórico, pois as questões financeiras não permitiram que esses bens se mantivessem preservados como sua função inicial, como por exemplo o antigo Cine Paratodos de São José dos Campos, preservado como um antigo cinema joseense e que hoje exerce função de uma loja de utilidades.

**Figura 41: Prédio do Antigo Cine Paratodos (Atual Lojas Mel) -**



Fonte : <https://www.sjcantigamente.com.br/cine-paratodos/> - Acesso em 22/11/2023

E é válido também dizer que existe o desinteresse público em se preservar o bem denominado “preservado”, no sentido de que muitos patrimônios são deixados sem manutenção. Nós podemos ver nas imagens atuais do Mercado que existem pisos quebrados, vasos sanitários quebrados e outras pequenas coisas que poderiam ser reformadas pelo poder público e que são deixadas de lado, e isso é tão relevante que nos comentários feitos pelos munícipes quanto a concessão do Mercado para a iniciativa privada e disponibilizados pela prefeitura, nós identificamos comentários defendendo a privatização para que o Mercado seja atrativo, seja um espaço digno para os comerciantes, possua estrutura bonita e eficiente por exemplo, sendo que seria possível que isso fosse mantido pelo poder público até por ser um espaço patrimonializado e de extrema importância para a cidade.

Ainda que seja entendível essas movimentações pró economia, muito pelo sistema que nós vivenciamos, não podemos deixar de se posicionar contra os apagamentos históricos pelo “bem econômico”, pois também existe o “bem histórico” e toda a importância da preservação como escreve Ordonez (2022)

“Os edifícios históricos narram a história e o desenvolvimento das cidades e a sua preservação é fundamental para proteger a memória e o passado, como herança para as gerações futuras. Ao invés de serem demolidos, eles devem ser protegidos, pois são evidências do estilo de vida e da cultura das pessoas que neles vivem ou nos seus arredores. A importância da preservação de um patrimônio histórico, portanto, implica a construção da identidade de uma sociedade.” ORDONEZ (2022)

E como nós podemos disseminar essa necessidade de posicionamento contra o apagamento da história? Como podemos formar mais agentes que defendam a manutenção dos aspectos históricos da cidade e por consequência do Mercado Municipal? Em uma sociedade tão inteirada no ideal capitalista do lucro e defensora das atualizações, tudo aquilo que não seja lucrativo e seja velho acaba sendo tratado como problema ou algo que não irá fazer falta, logo é muito difícil propagandear uma defesa aos bens históricos e a própria história local quando o outro argumento é o financeiro.

Levando em consideração que batalhar contra as questões financeiras sejam difícil, o melhor método para que se insira aos populares a defesa da

preservação da história é a Educação Patrimonial através das memórias, pois utilizar as memórias afetivas faz com que as pessoas sintam-se pertencidas ao espaço e compreendam a importância da preservação de um determinado local e por consequência de toda a história nele presente, como diz Barros (2013) é a partir da memória que se chega na história local e entende sua importância.

“A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo.” BARROS (2013)

Porém não podemos focar apenas em transmitir essa defesa aos patrimônios para os munícipes adultos, idosos e afins, a Educação Patrimonial também deve apontar para as crianças em sala de aula e vê-las tanto quanto futuros agentes defensores dos patrimônios como potenciais transmissores dos conhecimentos adquiridos, no sentido de que, muitas vezes as crianças acabam divulgando o que aprendem para os pais, tios, avós e outros membros de seu ciclo. Quanto a Educação Patrimonial, o “Guia Básico da Educação Patrimonial” do IPHAN escreve que:

“A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.” GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Sendo assim, podemos julgar a Educação Patrimonial como primordial para a manutenção e a valorização da cultura, pois é a partir da transmissão dos saberes que podemos continuar dando vida as práticas culturais e dando importância aos patrimônios. A Educação Patrimonial então deve ser vista como uma matéria escolar obrigatória, uma vez que é de suma contribuição social e formativa. O programa Mais Educação do IPHAN entende que as atividades de educação patrimonial estimulam um novo olhar ao território e ajudam na

percepção de que os patrimônios podem estar dentro da escola ou em seu entorno, o programa também compreende que essas atividades interagem com “diversas áreas do conhecimento com o propósito de sensibilizar os jovens do ensino básico e médio para conhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural” (Educação Patrimonial – Programa Mais Educação). Por fim, o IPHAN considera que:

“Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.” (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO)

De maneira informativa, o Programa Mais Educação é constituído de uma estratégia para a criação de uma agenda da educação integral por meio de matérias optativas. De acordo com o guia para propostas da Educação Patrimonial dentro do Programa Mais Educação, ao escolher o referido tema como matéria optativa a escola receberá recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, sendo que a maioria dos recursos são pensados para ser gastos com a criação de um inventário dos patrimônios locais.

#### **Figura 42: Recursos recebidos pelas escolas que optarem pela Educação Patrimonial como matéria optativa**

##### **Equipamento e recursos para o inventário**

Ao escolher a Educação Patrimonial a escola receberá recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - Educação Integral - para aquisição de equipamentos audiovisuais, para elaboração e divulgação do inventário do patrimônio local:

- 05 máquinas fotográficas com a função filmagem;
- 05 gravadores de áudio digital (MP3);
- HD externo;
- tripé de câmera;
- as fichas para o inventário impressas e reunidas em fichários, seguindo modelo utilizado pelos técnicos do Iphan/MinC em seus inventários;
- cartucho colorido de impressora ou apoio para serviço de impressão;
- R\$ 1.000,00 (mil reais) como apoio para as saídas de campo;
- R\$ 700,00 (setecentos reais) para produzir exposições, encontros, rodas de memória, mostras de filmes, e outros, a partir dos resultados do inventário.

Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\\_fas1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf)

O Mercado Municipal de São José dos Campos, como podemos observar neste trabalho, é antes de tudo um patrimônio material, assim preservado pelo



COMPHAC, porém podemos concluir que além disso, o Mercado é um patrimônio imaterial não reconhecido se levarmos em consideração toda a tradição nele presente, toda a cultura e todas as memórias que lá existem, se levarmos em consideração tudo o que está incluso nas bancas, nos comerciantes e em todo o ambiente.

Esse trabalho também nos permite perceber que existem grandes entraves no âmbito da patrimonialização dos bens, pois as questões financeiras são muito presentes e acabam por impedir que muitos locais recebam esse reconhecimento histórico. É válido considerarmos que estamos enraizados numa sociedade capitalista faz com que as questões históricas fiquem subalternas as questões econômicas, e por consequência aconteça esse desinteresse em se patrimonializar algo que pode contribuir para o aumento na especulação imobiliária.

Ao compreendermos que o fato de estarmos imergidos numa sociedade capitalista é um dos motivos para que ocorra esse desinteresse para com a história ante os fatores econômicos, também conseguimos visualizar dois possíveis antídotos contra essa visão voltada ao dinheiro. Um desses possíveis antídotos seria o de recordarmos junto aos populares todas as memórias afetivas que eles possuem, de modo que assim eles consigam ver os patrimônios como parte deles e que assim seja possível defender a preservação desses lugares. O outro antídoto seria a obrigatoriedade do ensino de Educação Patrimonial nas escolas, de modo que houvesse propagação da história local dentro do ambiente escolar e que isso chegasse ao ambiente familiar por exemplo.

Sobre o “Antídoto da Memória”, os autores Oliveira e Ribeiro (2019) nos apresentam uma proposta utilizada no Museu Histórico de Morro Redondo no estado do Rio Grande do Sul para que exista um diálogo entre o patrimônio (O Museu) e os moradores, visto por eles como algo essencial e de constante construção.

“O Museu desenvolve atividades, sendo uma delas intitulada Café com Memórias, que são encontros mensais com grupo de idosos do município. Os objetos expostos são utilizados como gatinhos para o

aflorescimento de memórias. Desta forma, ocorre a evocação de memórias individuais em confluência com as memórias coletivas do grupo, que se manifestam por meio de relatos orais, músicas e brincadeiras, entre outros. Por meio das atividades, além de narrarem sobre os objetos museológicos, observou-se que os idosos relatavam a respeito de lugares da cidade com um afeto muito grande, porém, nas memórias evocadas, tais locais não eram narrados como na sua configuração atual e, sim, como seriam em outras épocas. “ OLIVEIRA e RIBEIRO (2019)

E as propostas também englobam as estudantes da cidade de Morro Redondo, no que podemos dizer ser um método de Educação Patrimonial:

“Foi proposto para os participantes uma ação denominada Caminhada da Percepção, na qual os idosos, acompanhados por um grupo de estudantes de uma escola do município, caminham pela cidade visitando os locais mencionados na atividade anterior e ao mesmo tempo narrando histórias. Essas narrativas indicam lugares de memória que os idosos consideram patrimônios, porém, não visto pelo âmbito do patrimônio consagrado que conhecemos, mas pela afetividade que esses lugares despertam nos sujeitos, conseqüentemente, os tratamos como “Patrimônios Afetivos”. OLIVEIRA e RIBEIRO (2019)

#### **Figura 43: Mercado Municipal de São José dos Campos**



Fonte : <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2021/novembro/30/feiras-de-artesanato-e-mercado-terao-funcionamento-estendido/>

“O Mercado é muito mais do que um lugar de comércio. É um ponto de encontro e de convivência, que guarda muito da história e da memória da cidade. Um jeito de viver que é tradição cultural e que faz a gente querer voltar sempre. “ QUADROS (2022)

## **Considerações Finais**

De modo conclusivo, nós podemos dizer que apesar de vivermos em uma sociedade propícia a não preservar e enraizada no viés financeiro, isso ainda pode ser modificado a partir de um trabalho com dois públicos alvo, as crianças, futuros empresários, políticos e afins, que podem possuir o controle da gestão de bens municipais em algum momento, logo se receberem uma formação voltado ao interesse histórico de defesa patrimonial através de uma Educação Patrimonial, a tendência é de que esses futuros agentes públicos ajam de um modo mais sócio - histórico e menos voltado ao financeiro, e ao público adulto acima dos 30-40, aqueles que conseguem olhar para o Mercado Municipal Joseense por exemplo e se enxergar aos 7,10 ou 14 anos adentrando o espaço, consegue sentir pertencimento, afeto e relembrar suas memórias dentro do patrimônio, pois esses são os momentaneamente potenciais defensores da patrimonialização, da preservação dos bens já patrimonializados e da manutenção do poder público como gestor, de modo que não ocorra o risco de que o patrimônio presente em sua memória seja modificado.

A verdade no final das contas é que não pode olhar para o físico sem levar em conta o interior, não se pode levar apenas a construção material e esquecer-se das construções socioculturais, pois normalmente e erroneamente ouvimos que se algo está em má condição basta demolir e construir de novo, ou que as reformas podem modificar o layout original desde que seja para positivo, e não consideram tudo o que está inserido imaterialmente no espaço, afinal o que faz um patrimônio ser importante muitas vezes não é o prédio fisicamente falando, e sim a história que o lugar possui, pois no final das contas é a memória que sobrevive.

O Mercado é constituído por memórias carregadas de histórias, esse é o principal motivo pelo qual deve ser preservado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A MUDANÇA DO MERCADO MUNICIPAL. **São José dos Campos Antigamente**. Disponível em: <https://www.sjcantigamente.com.br/a-mudanca-do-mercado-municipal/> - Acesso em 09/11/2023
- ALVES, Lidiane Aparecida.; RIBEIRO FILHO, Vitor. **Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia** (MG). Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 12, n. 39, p. 209–225, 2011.
- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Prefeitura de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224304/2-anexo-i-termo-de-referencia.pdf> - Disponível em 17/11/2023.
- ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão e BARBOSA, Leticia Rameh. **Feira, lugar de cultura e educação popular**. In: Revista “Nova Atenas” de Educação Tecnológica. Volume 07, Número 02, jul/dez/2004.
- BARROS, Carlos Henrique Farias. (2013). **Ensino de História, memória e história local**. Revista De História Da UEG, 2(1), 301-321. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451>
- BREDARIOL, Marco Antônio. **PATRIMÔNIO NATURAL: PRESERVAÇÃO OU PRIVATIZAÇÃO? AÇÕES DO PODER PÚBLICO E OS INTERESSES PRIVADOS: O CASO DA SERRA DOS COCAIS ENTRE ITATIBA, LOUVEIRA, VALINHOS E VINHEDO (SP)**. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.
- CHUSTER, Vitor. **São José dos Micuins: Almanaque de curiosidades históricas de São José dos Campos no período Sanatorial** / Vitor Chuster – São José dos Campos: Vallilo Gráfica e Editora Ltda EPP, 2011.
- COLEÇÃO DE PUBLICIDADES DA TECELAGEM PARAHYBA. **São José dos Campos Antigamente**. Disponível em: <https://www.sjcantigamente.com.br/colecao-de-publicidades-da-tecelagem-parahyba/> - Acesso em: 10/11/2023
- COSTA, LÚCIO. **“O Aleijadinho e a Arquitetura Tradicional”**. “O Jornal” de 24 de junho de 1929 - Trechos disponíveis em: [PLATFORM: O Aleijadinho e a](#)

[Arquitetura Tradicional / The Little Cripple and Everyday Architecture \(platformspace.net\)](#) – Acesso em 10/10/2023

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930 – 1940)**. UFRJ; 2ª edição (1 janeiro 2017)

Decreto Municipal N° 334 de 05 de maio de 1960. Disponível em:  
<https://www.sjc.sp.gov.br/legislacao/Decretos/1960/334.pdf>

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. **Programa Mais Educação**. Acesso em:  
23/11/2023

ESCARABOTO, Cláudio José. et al. **EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA RUA MARECHAL DEODORO: Preservação Patrimonial x Especulação Imobiliária**. In: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Anais...Belo Horizonte(MG) Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD2 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em:  
<https://even3.blob.core.windows.net/processos/0abdea7771904d26a633.pdf> -  
Acesso em: 11/10/2023

GODOY, Lilian Florêncio. **O MERCADO PÚBLICO DE BRAGANÇA: PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS E DAS SENSIBILIDADES (1870-1910)** – Tese defendida em 2018 - Disponível em:  
<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/252/17761021804328.pdf> - Acesso em  
04/10/2023

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: Identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015

HISTÓRIA DA ERICSSON EM SÃO JOSÉ. Disponível em:  
<https://sjc.com.br/2021/07/16/historia-da-ericsson-em-sao-jose/#> - Acesso em:  
10/11/2023

JACQUES, Paola Berestnein. **PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: ESPETÁCULO CONTEMPORÂNEO? - RUA: Revista De Urbanismo E**

*Arquitetura*, 6(1). Recuperado de

<https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**/ Jacques Le Goff;

Tradução de Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes,2007

LEITE, André. **Tradição na Banca do Jesus**. Ovale/Gazeta de Taubaté. 2 e 3

de Abril de 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornal.ovale/docs/merged> -

[Acesso em 03/10/2023](#)

MAPA DE DIVISÃO EM ZONAS, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, ANO DE 1933.

Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-de-divisao-em-zonas-Sao-Jose-dos-Campos-ano-de-1933-Fonte-SOUZA\\_fig2\\_290908927](https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-de-divisao-em-zonas-Sao-Jose-dos-Campos-ano-de-1933-Fonte-SOUZA_fig2_290908927)

[fig2\\_290908927](#)

Acesso em: 10/11/2023

MARTINS, Richard. **Lugares de Memória dos Trabalhadores #47: Empresa**

**Brasileira de Aeronáutica (Embraer), São José dos Campos (SP) – Richard**

**Martins**. Disponível em: [https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-](https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-47-empresa-brasileira-de-aeronautica-embraer-sao-jose-dos-campos-sp-richard-martins/)

[trabalhadores-47-empresa-brasileira-de-aeronautica-embraer-sao-jose-dos-](#)

[campos-sp-richard-martins/](#) - Acesso em 10/11/2023

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural:**

**Uma Revisão de Premissas**. Conferencia Magna, I Forum Nacional de

Patrimônio Cultural. Ouro Preto. IPHAN 2009

MERCADO MUNICIPAL. **São José dos Campos Antigamente**. Disponível

em: <https://www.sjcantigamente.com.br/mercado-municipal/> - Acesso em

10/11/2023

MERCADO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em:

<https://mmsjc.sitevale.com.br/historia.html> – Acesso em 05/10/2023

MERCADO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em:

<https://sjc.com.br/2020/01/21/mercado-municipal-de-sao-jose-dos-campos/> -

Acesso em 12/11/2023

MERCADO MUNICIPAL: 100 ANOS DE ENCONTROS & VIVÊNCIAS. **“Hoje falaremos de um comércio que ocupa este espaço desde 1917...”**.

Disponível em:



[https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story\\_fbid=120711254414303](https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story_fbid=120711254414303) – Acesso em 14/11/2023

MERCADO MUNICIPAL: 100 ANOS DE ENCONTROS & VIVÊNCIAS.” **Hoje falaremos de um comércio que ocupa este espaço desde 1964: O Açougue Modelo ...**”. Disponível em:

[https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story\\_fbid=123367720815323](https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story_fbid=123367720815323) – Acesso em 14/11/2023

MERCADO MUNICIPAL: 100 ANOS DE ENCONTROS & VIVÊNCIAS. “ **O carrossel de imagens que intercala fotos da Pastelaria do Sérgio ...**”

Disponível em:

[https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story\\_fbid=119325674552861](https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story_fbid=119325674552861) – Acesso em 16/11/2023

MERCADO MUNICIPAL: 100 ANOS DE ENCONTROS & VIVÊNCIAS. “ **A Tabacaria do Roque nem precisa fazer anúncio de seus produtos ...** “

Disponível em:

[https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story\\_fbid=115646754920753](https://m.facebook.com/story.php/?id=100094262874715&story_fbid=115646754920753) – Acesso em: 16/11/2023

MIGLIORINI, Jeanine Mafra (Org.) **Arquitetura e urbanismo: Patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

MURILHA, Douglas e SALGADO, Ivone. **A Arquitetura dos Mercados**

**Públicos: tipos, modelos e referências projetuais**. Disponível em:

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113> . Acesso em: 02/10/2023.

NORA, Pierre e KHOURY, Yara Aun. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos*

*Pós-Graduados De História*, 10. Recuperado de

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

OLIVEIRA, Milena Behling e RIBEIRO, Diego Lemos. **Patrimônios Afetivos: Um Novo Recurso para o Turismo em Morro Redondo-RS, Brasil**. Rosa dos Ventos, vol. 11, núm. 4, pp. 847-860, 2019

ORDONEZ, Vitoria. **Reuso adaptativo de patrimônios históricos: uma abordagem sustentável para as cidades**. Revista Restauo v.6, n.11 (2022) – Disponível em: [Reuso adaptativo de patrimônios históricos: uma abordagem sustentável para as cidades - Revista Restauo :: arte | museu | arquitetura | cidade](#) – Acesso em 20/11/2023

PATRIMÔNIO IMATERIAL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/página/detalhes/234> - Acesso em: 15/11/2023

PLANTA DO MERCADO MUNICIPAL. **Prefeitura de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/236141/mercado-municipal-planta-baixa.pdf> - Acesso em 16/11/2023

QUADROS, Rosa Ester Guimarães. **Mercado Municipal: 100 anos de Encontros & Vivências**. Projeto N°058/FMC/2022, beneficiado pelo Fundo Municipal de Cultura.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009

REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE. **Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: [https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page\\_id=127](https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page_id=127) – Acesso em: 14/11/2023

RESPOSTAS DOS EMAILS COM SUGESTÕES E OPINIÕES. **Prefeitura de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/231011/22-respostas-dos-emails-com-sugestoes-e-opinioes.pdf> - Acesso em 17/11/2023

RODRIGUES, Robson Antônio e COELHO, Jane Pessoa. **O patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade**. Disponível em:

<https://www.femcultura.ac.gov.br/o-patrimonio-historico-cultural-e-sua-importancia-para-a-sociedade> . Acesso em 03/10/2023

ROMANO, Roberta Giraldi. et al. **Mercados municipais: olhares sobre cultura e territorialidade em diferentes regiões do Brasil**. Gaia Scientia, [S. l.], v. 14, n. 4, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2020v14n4.52758. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/52758>. Acesso em: 11/08/2023.

SÃO JOSE DOS CAMPOS E SUA HISTÓRIA. **Pró – Memória São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/> - Acesso em: 10/11/2023

SAIBA MAIS – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. **Ministério da Educação do Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao> - Acesso em 24/11/2023

SERVILHA, Mateus de Moraes e DOULA, Sheila Maria. **O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras**. In: Revista Faz Ciência, v.11, n.13 Jan./Jun. 2009, pp. 123-142

SIQUEIRA, Jairo César. **Nossa Cidade de São José dos Campos**. 1991 – Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

SUBANEXO B - LAUDO FOTOGRÁFICO. **Prefeitura de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224306/4-subanexo-b-laudo-fotografico.pdf> - Acesso em 17/11/2023

SUBANEXO E – PROJETO MERCADO MUNICIPAL PARTE 3. **Prefeitura de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/224297/7-subanexo-e-projeto-mercado-municipal-parte-3.pdf> - Acesso em 17/11/2023